1

DISPENSA DE LICITAÇÃO

034/2024

Objeto: ***Contratação de empresa de zeladoria, destinado a atender a demanda do Município no ginásio de Esportes.***

Prefeitura Municipal de Piên - Rua Amazonas, 373 - Centro - Cep: 83860-000 – Telefone 41- 3632-1136

Tramitação de Processo

PIÊN PREFEITURA

Processo: **3261/2024** Data: **20/05/2024 10:37** Situação: **Aguardando**

Requerente: **LUCIANA LÜBKE** Documento: **94839808953**

Contato: **LUCIANA LÜBKE - Cel: 47996299755 - luciana.lubke@pien.pr.gov.br**

Assunto: **Protocolo Geral**

Descrição: Termo de referente, cotações, ETP - Zeladoria dia 20.05.2024

2

Ocorrência: 1 Data: 20/05/2024 10:37:33 Previsão: 25/05/2024

De: Luciana Lubke Para: EDUARDO DUARTE SCHEIVARASKI

Fase/Etapa: Geral/Abertura Confirmação: não

Descrição: Abertura do processo

ANEXOS/ASSINATURAS

Anexo	Descrição	Assinatura	Assinado em
Cotações Zeladoria.pdf	Termo de referente, cotações, ETP -		
ETP - Zeladoria dia 26.04.2024.pdf	Termo de referente, cotações, ETP -		
Termo de Referencia Servicos - Dispensa	Termo de referente, cotações, ETP -		

Autenticidade: 2T4X4S7CJ2XM8SCB8 - Validação pelo link: http://pienprscp.equiplano.com.br:5355/tramitacaoProcesso/#/consulta-anexo-assinado/entidade/355 - Impresso por Daniele Cieslinsky em 21/05/2024 09:21:48

Prefeitura de PIÊN

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

3

Órgão requisitante:	SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER
Nº requerimento:	006/2024
Data:	25/04/2024

Descrição do objeto a ser contratado: Dispensa de licitação para contratação de empresa de Zeladoria, destinado a atender a demanda do Município nos Ginásio de Esportes "Ginásio de Esporte Antonio Batista Sobrinho – Trigolândia e Ginásio de Esportes Vitória Santina Greipel – Ponte Alta.

Justificativa:
A contratação dos serviços na modalidade de dispensa neste caso, se caracteriza pelo valor a investido. Considerando que se trata de serviços essenciais para a conservação e organização destes espaços públicos, mantendo-os limpos e em perfeitas condições, além de proporcionar um espaço atrativo e aconchegante para todos os munícipes e visitantes. Ademais, visa contribuir para a preservação e higienização dos espaços públicos, evitando assim a proliferação de animais peçonhentos e demais seres indesejados como roedores, aranhas, cobras além de insetos transmissores do vírus da dengue, Zika e Chikungunya que possam comprometer a saúde pública da população, bem como manter o zelo e cuidado com o patrimônio público. Sendo assim, torna-se de suma importância a contratação, visto que o município não dispõe em seu quadro mão de obra técnica capacitada para atender a esses serviços.

Compra/Contratação é para atendimento de ordem judicial? ( ) Sim (X) Não

(X) Próprio

Local de entrega/prestação ou execução do serviço/obra: Ginásio de Esporte Antonio Batista Sobrinho – Trigolândia e Ginásio de Esportes Vitória Santina Greipel – Ponte Alta.

Horários: das 15:00 as 22:00, respeitando uma hora de intervalo.

Prazo para entrega/prestação ou execução do serviço/obra: prestação mensal.

Responsável por recebimento e fiscalização da execução do objeto:
ALEXANDRA APARECIDA DA CRUZ LAURINDO – Assessor de área III - Cultura – Matrícula 4765897

Alexandra A. C. Laurindo

ALEXANDRA APARECIDA DA CRUZ LAURINDO
Assessor de área III – Cultura
Matrícula 4765897

1

Adriana B Franco

Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco
SECRETÁRIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

Rua Amazonas, 105 – Centro, Piên/PR. CEP 83.860-000. Fone: (41) 3632-1457

TERMO DE REFERÊNCIA

SÚMARIO

1. **Objeto e Condições Gerais da Contratação**
2. **Especificações**
3. **Fundamentação e Descrição da Necessidade da Contratação**
4. **Forma e Critérios de Seleção do Fornecedor e Regime de Execução**
5. **Requisitos da Contratação**
6. **Modelo de Execução do Objeto**
7. **Modelo de Gestão do Contrato**
8. **Fonte Orçamentaria**
9. **Condições de recebimento**
10. **Local e Prazo da Prestação dos Serviços**
11. **Legislação Aplicada**
12. **Vigência do Contrato**
13. **Fontes de Pesquisa**

1. 1.OBJETO

1.1. Dispensa de licitação para contratação de empresa de Zeladoria, destinado a atender a demanda do Município nos Ginásio de Esportes "Ginásio de Esporte Antonio Batista Sobrinho – Trigolândia e Ginásio de Esportes Vitória Santina Greipel – Ponte Alta.

2. ESPECIFICAÇÕES

2.1. As especificações do objeto estão estabelecidas abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	unidade	VALOR UNITÁRIO
1 LOTE 1	Contratação de serviço de zeladoria e administração de espaço público. **LOCAL:** *Ginásio de Esportes Vitória Santina Greipel, situado no Bairro de Ponte Alta em Piên/PR.* **Obs:** A descrição detalhada dos serviços e características da prestação, encontram-se neste Anexo Termo de Referência.	Mensal	
2 LOTE 2	Contratação de serviço de zeladoria e administração de espaço público. **LOCAL:** *Ginásio de Esportes António Batista Sobrinho, situado no Bairro de Trigolândia em Piên/PR.* **Obs:** A descrição detalhada dos serviços e características da prestação, encontram-se neste Anexo Termo de Referência.	Mensal	

1.1. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

1.3. A contratação dos serviços na modalidade de dispensa se caracteriza pelo menor preço.

ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

2.1. O custo estimado total da contratação é de R$ 24.600,00 (vinte e quatro mil e seiscentos reais) conforme custos unitários apostos em anexo;

2.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

2.3. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações.

2.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada.
2.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
3.2. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
3.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

4. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

4.1. O fornecedor será selecionado por meio de contratação direta, tendo em vista a DISPENSA de licitação pelo menor preço.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual;
5.2. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.
5.3. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
5.4. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.
5.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.
5.6. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08: 00 horas às 17:00 horas.
5.6.1. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
5.6.2. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
5.7. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
5.8. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
6.1.1. Início da execução do objeto: Em até 3 dias da assinatura do contrato;
6.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho;
6.1.2.4. Execução: Cada ginásio terá um zelador e o mesmo ficará responsável por toda rotina neste local em conformidade aos anseios do Poder Público através das Secretarias de Esporte e de Governo.
6.1.2.6. Este servidor ficará a disposição para organizar os horários, coordenar e contribuir com a limpeza, anotar todos os reparos que forem necessários no espaço e acompanhará as equipes que trabalharem no local.
6.1.2.8. As chaves ficarão apenas de posse deste responsável, o mesmo abrirá e fechará o espaço, acompanhando todos os eventos, não permitindo esta tarefa para outra pessoa.
6.1.3.0. Os banheiros serão limpos diariamente, bem como a cozinha e a quadra toda vez que se fizer necessário. As paredes que estiverem sujas ou pichadas deverão ser limpas para que o local seja mantido em bom estado aparente.
6.1.3.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Ginásio de Esporte Antonio Batista Sobrinho, na Rua Clevelândia, no bairro de Trigolândia e Ginásio de Esportes Vitória Santina Greipel, na Avenida Paraná no bairro de Ponte Alta.
6.1.3.4. Os horários a ser controlado por este servidor deverão ter o maior fluxo durante a noite, para tanto, a limpeza destes espaços deve ser feita ao longo do dia.
6.1.3.6. A listagem dos materiais de limpeza e de higiene deve ser feita mensalmente a Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer que ficará a cargo de organizar estes materiais.
6.1.3.8. O transporte deste servidor ficará a cargo da empresa contratada.
6.2. Uniformes;
6.2.2. Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seu empregado deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado
6.5. Equipamento de proteção individual – EPI oferecidos pela contratada:
6.5.1. Equipamentos básicos para serviços rotineiros, sendo no mínimo:
a) 01 (um) par de Bota segurança
b) 01 (um) par Luvas apropriada a função
c) 01 (um) Óculos de Proteção
Informações relevantes para o dimensionamento da proposta
6.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:
6.6.1. Especificações técnicas – Serviços Gerais com equipe padrão
6.6.1.1. Os serviços que constituem objeto desta licitação deverão ser executados em estrita observância aos planos aprovados pelo Município, atendidas as especificações e demais elementos técnicos constantes deste.
6.6.3. Forma de Prestação dos serviços;
6.6.3.1. Os serviços serão executados de acordo com as necessidades e das demandas apontadas pelas Secretarias de Esporte, Cultura e Lazer e da Secretaria de Governo.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento.
7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
Fiscalização
7.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.
7.10. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
7.11. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
7.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
7.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
7.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
7.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
7.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
7.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
Gestor do Contrato
7.19. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
7.20. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
7.21. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8. FONTE ORÇAMENTARIA

8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Município de Piên.
8.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER 09.001.13.392.0010.2024-3390390000 09.002.27.812.0011.2025-3390390000

8.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

9 CONDIÇÕES DO RECEBIMENTO

9.1. Caberá ao fiscal do contrato manter o contato frequente com a empresa, e atestar o bom funcionamento destes espaços, ouvir os usuários para saber se o local estará atendendo a todos a contento com horários e com todos os itens disponíveis nesta estrutura, oportunizando o acesso de todos.

10. LOCAL E PRAZO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1. **LOCAL:** Ginásio de Esporte Antonio Batista Sobrinho, na Rua Clevelândia, no bairro de Trigolândia e Ginásio de Esportes Vitória Santina Greipel, na Avenida Paraná no bairro de Ponte Alta.
10.2. **PRAZO:** Contados a partir da assinatura do contrato até o fim da vigência;

11. LEGISLAÇÃO APLICADA

11.1. O Presente termo de referência se submete integralmente a Lei Nº 14.133/2021.

12. VIGÊNCIA DO CONTRATO

12.1. O prazo de vigência do contrato objeto do presente Termo de Referência será de 6 meses, com data de início e término conforme estabelecido no Termo Contratual.

13. FONTES DE PESQUISA

13.1. LOCAIS ONDE FORAM REALIZADAS AS COTAÇÕES.

a) Antônio Gilmar do Prado – CNPJ 08.707.650/0001-83
b) ADR Limpeza e Conservação – CNPJ 10.654.951/0001-38
c) L. E. F. Pereira Construções e Serviços LTDA – CNPJ 50.071.629/0001-09

Elaborado em 25 de abril de 2024.

Adriana Franco

ADRIANA DE FATIMA FRAGOSO BUENO FRANCO

Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer

Matrícula 476577

Alexandra A C. Laurindo

ALEXANDRA APARECIDA DA CRUZ LAURINDO
Assessor Área III
Cultura Matricula 4765897

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Objeto: Dispensa de licitação para contratação de empresa de Zeladoria, destinado a atender a demanda do Município nos Ginásio de Esportes "Ginásio de Esporte Antonio Batista Sobrinho – Trigolândia e Ginásio de Esportes Vitória Santina Greipel – Ponte Alta.

11

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.
O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A contratação dos serviços na modalidade de dispensa neste caso, se caracteriza pelo valor a investido. Considerando que se trata de serviços essenciais para a conservação e organização destes espaços públicos, mantendo-os limpos e em perfeitas condições, além de proporcionar um espaço atrativo e aconchegante para todos os munícipes e visitantes. Ademais, visa contribuir para a preservação e higienização dos espaços públicos, evitando assim a proliferação de animais peçonhentos e demais seres indesejados como roedores, aranhas, cobras além de insetos transmissores do vírus da dengue, Zika e Chikungunya que possam comprometer a saúde pública da população, bem como manter o zelo e cuidado com o patrimônio público. Sendo assim, torna-se de suma importância a contratação, visto que o município não dispõe em seu quadro mão de obra técnica capacitada para atender a esses serviços.

2 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	unidade	VALOR UNITÁRIO
1 LOTE 1	Contratação de serviço de zeladoria e administração de espaço público. **LOCAL:** *Ginásio de Esportes Vitória Santina Greipel, situado no Bairro de Ponte Alta em Piên/PR.* **Obs:** A descrição detalhada dos serviços e características da prestação, encontram-se neste Anexo Termo de Referência.	Mensal	
2 LOTE 2	Contratação de serviço de zeladoria e administração de espaço público. **LOCAL:** *Ginásio de Esportes António Batista Sobrinho, situado no Bairro de Trigolândia em Piên/PR.* **Obs:** A descrição detalhada dos serviços e características da prestação, encontram-se neste Anexo Termo de Referência.	Mensal	

a) Os serviços que constituem objeto desta licitação deverão ser executados em estrita observância aos planos aprovados pelo Município, atendidas as especificações e demais elementos técnicos constantes deste.

b) Através da utilização de profissional habilitado que saiba dialogar com a população e seja organizado, para controlar a agenda do espaço e toda organização da estrutura do mesmo para manutenção e limpeza, quando necessárias.

12

3 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

Considerando que se trata de uma dispensa por menor valor, devido as atribuições mencionadas e solicitação de apenas um servidor por posto de trabalho, considerando que são locais de boa localização para o acesso diário ao servidor, e tendo em vista que os locais passaram por completa reforma recentemente, se faz necessária a devida contratação, para que o local não fique abandonado e seja depredado, fazendo que o investimento empregado nestas reformas seja perdido brevemente.
Diante disso, o critério para a contratação foi o de menor valor, considerando que foram realizados orçamentos com 3 (três) empresas, sendo o valor total da contratação;
R$ 48.000,00 (Quarenta e oito mil reais), para um período de 12 meses nos dois ginásios.
R$ 2.000,00 (Dois mil reais mensais em cada posto de trabalho);

4 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

5 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Justifica-se a contratação dos serviços na modalidade de dispensa para um período de 6 (seis) meses, podendo ser contratadas duas empresas distintas para os dois postos de trabalho. A quantidade estimada de funcionários nesta contratação é de apenas um servidor por ginásio, ao qual terá plenas condições de manter a ordem e a organização necessária.

6 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

A estimativa de preço para contratação foi considerada a de menor valor, dentre os orçamentos fornecidos de 3 (três) empresas, conforme cotações em anexo com a discriminação do valor unitário mensal e o valor total para 6 meses. Os locais que foram realizadas as cotações foram:

a) ANTONIO GILMAR DO PRADO – CNPJ 08.707.650/0001-83
b) ADR LIMPEZA E CONSERVAÇÃO – CNPJ 10.654.951/0001-38
c) L. E. F. PEREIRA CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA – CNPJ 50.071.629/0001-09

7 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

O serviço objeto deste estudo será prestado de forma continua de segunda a sexta-feira, por um período de 6 (seis) meses, sendo executado de forma mensal.

8 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

A presente contratação será em forma de dispensa por menor preço. Os locais que receberão o serviço de zeladoria estavam abandonados e depredados, Juntos, receberam mais de R$500.000,00 em investimento público para sua reforma e agora precisam ser zelados e bem cuidados.

9 – ALINHAMENTO COM PAC

A contratação dos serviços está prevista no Plano Anual de Contratações.

10 - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a contratação dos serviços objetos desta licitação, os resultados pretendidos são:

a) Conservação e valorização do local, mantendo-o limpo e em perfeitas condições, com o intuito de contribuir com o desenvolvimento sustentável, além de proporcionar uma cidade atrativa e aconchegante para os munícipes e visitantes;
b) Preservação e higienização dos espaços público evitando a proliferação de animais peçonhentos e demais seres indesejados como roedores, aranhas, cobras além de insetos

transmissores do vírus da dengue, Zika e Chikungunya que possam comprometer a saúde pública dos munícipes.

c) A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, além disso o critério de julgamento foi o de menor preço, respeitando o plano anual de contratações, bem como o financeiro disponível.

13

11 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

A Secretaria responsável irá indicar os servidores capacitados para o acompanhamento e fiscalização dos serviços para que sejam cumpridas todas as exigências previstas em contrato.

12 – IMPACTOS AMBIENTAIS

Com a contratação dos serviços auxiliará no desenvolvimento sustentável da cidade, sendo obrigatório que a empresa contratada realize a destinação final ambiental adequada de resíduos provenientes de limpezas.

13 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Conclui-se este Estudo Técnico Preliminar, torna-se indispensável para o Município a contratação dos serviços objeto deste estudo por meio da dispensa por menor preço, que se tratam de apenas dois zeladores, um para cada espaço público e que os mesmo irão dar ao local o cuidado necessário que os mesmo não tiveram até o presente momento, por não haver servidor disponível e exclusivo para estes locais. Além disso, visa contribuir para a preservação e higienização dos espaços públicos, evitando assim a proliferação de animais peçonhentos e demais seres indesejados que possam comprometer a saúde pública da população. Sendo assim, torna-se de suma importância a contratação, tendo em vista que município não dispõe em seu quadro mão de obra técnica capacitada para atender a esses serviços.

Elabora em 25 de abril de 2024.

Adriana F. Franco

ADRIANA DE FATIMA FRAGOSO BUENO FRANCO

Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer

Matrícula 476577

Alexandra Ap. Laurindo

ALEXANDRA APARECIDA DA CRUZ LAURINDO

Assessor Área III

Cultura Matricula 4765897

PROPOSTA COMERCIAL

DADOS DO LICITANTE:

RAZÃO SOCIAL: CALLE RS CONSTRUTORA LTDA ME
ENDEREÇO: Rua das Filoméias, 34 - Centro - Pirapora do Bom Jesus - SP
CNPJ: 53.139.883/0001-81
INSCRIÇÃO ESTADUAL: ISENTA **INSCRIÇÃO MUNICIPAL:** 8681
TELEFONE: 11 **9.8683.6216** **E MAIL** callersconstrutora@gmail.com
CONTATO: STEFANY EDUARDA TUPI

DADOS BANCARIOS

BANCO: 033 - BANCO SANTANDER S.A **AGENCIA**: 4381
CONTA CORRENTE: 13.006770-7

PROPOSTA:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTD	PER. CONTR. 12 MESES	VL UNIT	VL MENSAL	VL TOTAL
1	Contratação de empresa de Zeladoria, destinado a atender demanda do Município, conforme descritivo em anexo	MÊS	2	12	**3.415,00**	**6.830,00**	**81.960,00**
VALOR TOTAL							**R$ 81.960,00**

(OITENTA E UM MIL, NOVECENTOS E SESSENTA REAIS)

Validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da abertura do envio da proposta Referente ao Processo de Dispensa 006/2024

APRESENTAMOS NOSSA PROPOSTA, CONFORME ITEM E PREÇO ESTABELECIDOS NO AVISO DE CONTRATAÇÃO

BANCO: 033 - BANCO SANTANDER S.A **AGENCIA**: 4381

CONTA CORRENTE: 13.006770-7

REPRESENTANTE RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO:

NOME: STEFANY EDUARDA TUPI
CARGO: SÓCIA PROPRIETÁRIA
ESTADO CIVIL: SOLTEIRA
ENDEREÇO: Rua melo peixoto, 55 - Jd Primavera - São Paulo - SP

RG 50.730.195-X
CPF 493.509.288-25
NACIONALIDADE: BRASILEIRA
CIDADE: SAO PAULO - SP

Pirapora do Bom Jesus, 23 de Maio de 2024

STEFANY EDUARDA TUPI
SÓCIA PROPRIETÁRIA
RG 50.730.195-x
CPF 493.509.288-25

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
Secretaria Municipal de Governo

Piên, 25 de abril de 2024

COTAÇÃO

15

Favor preencher todos os dados da empresa

Empresa: Antonio Gilmar do Prado	CNPJ: 08 707 650/0001-83
E-mail:	Contato: Gilmar
Fone: 41 99873 2939	Fax:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	unidade	VALOR UNITÁRIO
1 LOTE 1	Contratação de serviço de zeladoria e administração de espaço público. **LOCAL:** *Ginásio de Esportes Vitória Santina Greipel, situado no Bairro de Ponte Alta em Piên/PR.* Obs: A descrição detalhada dos serviços e características da prestação, encontram-se no Anexo I deste edital.	Mensal	2.500,00
2 LOTE 2	Contratação de serviço de zeladoria e administração de espaço público. **LOCAL:** *Ginásio de Esportes Antônio Batista Sobrinho, situado no Bairro de Trigolândia em Piên/PR.* Obs: A descrição detalhada dos serviços e características da prestação, encontram-se no Anexo I deste edital.	Mensal	2.500,00

OBS: A cotação deverá conter o carimbo da empresa e assinatura do responsável pelo orçamento.

Validade do orçamento: 60 dias

Piên 20.05.2024

EPS SERVICOS E
TERCEIRIZACAO LTDA
AVANÇAR SEMPRE

16

EPS SERVICOS E TERCEIRIZACAO LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 52.673.909/0001-04
com sede no endereço sito à R. TUIUTI nº 903 SALA 08 TATUAPÉ / SAO PAULO-SP
CEP: 03.081-015
E-MAIL INSTITUCIONAL: epstercerizada@gmail.com
E-MAIL PESSOAL: contato@epsterceirizada.com.br
TELEFONE(S): (11) 3798-2594 (11) 9657-9489 (11) 91713-7449

Item	Especificação	Unidade de Medida	Valor Unitário (mensal)	Valor Total (Anual)
1	Contratação de serviço de zeladoria e administração de espaço público. LOCAL: Ginásio de Esportes Vitória Santina Greipel, situado no Bairro de Ponte Alta em Piên/PR	Mensal	2.398,99	28.787,88
2	Contratação de serviço de Zeladoria e administração de espaço público LOCAL: Ginásio de Esportes Antônio Batista Sobrinho, situado no Bairro de Trigolândia em Piên/PR	Mensal	2.398,99	28.787,88

Valor total = 57.575,76

Declaramos sob as penas das leis, que:
1) concorda com as condições de entregar os itens que foram propostos, ou em adquirir quantidades inferiores, se as suas necessidades assim o exigirem;
2) os preços propostos, já estão incluídos todas as despesas, que estejam direta ou indiretamente relacionadas com a execução do objeto da presente licitação;
3) que concorda com o Contratante, por ocasião da entrega do objeto, se necessário, executar, com pessoal próprio ou por terceiros, teste de qualidade, que não sendo satisfatórios, ensejarão a devolução de todo o lote entregue, sem qualquer tipo de indenização, e o Fornecedor deverá substituí-lo por outro lote, sem qualquer custo, que também estará sujeito os mesmos testes;

4) os preços propostos, já estão incluídos todas as despesas, que estejam direta ou indiretamente relacionadas com a execução do objeto da presente licitação.
Prazo de validade da Proposta não inferior a 60 (sessenta) dias- a contar da data da sua apresentação. Quando não constar a validade da proposta, entende-se que a validade é de 60 (sessenta) dias.

INFORMAÇÕES BANCÁRIAS PARA PAGAMENTO:
BANCO º ITAÚ AGENCIA Nº 0525 CONTA CORRENTE Nº : 990909

Piên/PR, 23 de Maio de 2024

gov.br Documento assinado digitalmente
ADONES RANTER SIMOES
Data: 23/05/2024 10:49:18-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Adones Ranter Simões (Procurador)

Representante Administrativo

Rg 10.324256-8

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer

Piên, 17 de abril de 2024

18

COTAÇÃO

Favor preencher todos os dados da empresa

Empresa: Barbara de Paula Miranda	CNPJ: 51.868.033/0001-99
E-mail: barbaramiranda3014@gmail.com	Contato:
Fone: 479- 9606 - 3213	Fax:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	unidade	VALOR UNITÁRIO
1 LOTE 1	Contratação de serviço de zeladoria e administração de espaço público. **LOCAL:** *Ginásio de Esportes Vitória Santina Greipel, situado no Bairro de Ponte Alta em Piên/PR.* Obs: A descrição detalhada dos serviços e características da prestação, encontram-se no Anexo I deste edital.	Mensal	2.050,00
2 LOTE 2	Contratação de serviço de zeladoria e administração de espaço público. **LOCAL:** *Ginásio de Esportes António Batista Sobrinho, situado no Bairro de Trigolândia em Piên/PR.* Obs: A descrição detalhada dos serviços e características da prestação, encontram-se no Anexo I deste edital.	Mensal	2.100,00

OBS: A cotação deverá conter o carimbo da empresa e assinatura do responsável pelo orçamento.

Validade do orçamento: 60 dias

Piên 17 de maio de 2024

Barbara de Paula miranda

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer

Piên, 17 de abril de 2024

COTAÇÃO

19

Favor preencher todos os dados da empresa

Empresa: ZOILITA DE FATIMA DE JESUS	CNPJ: 54.966.816/0001-01
E-mail:	Contato: 41 9 9178 0585
Fone:	Fax:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	unidade	VALOR UNITÁRIO
1 LOTE 1	Contratação de serviço de zeladoria e administração de espaço público. **LOCAL:** *Ginásio de Esportes Vitória Santina Greipel, situado no Bairro de Ponte Alta em Piên/PR.* Obs: A descrição detalhada dos serviços e características da prestação, encontram-se no Anexo I deste edital.	Mensal	2.090,00
2 LOTE 2	Contratação de serviço de zeladoria e administração de espaço público. **LOCAL:** *Ginásio de Esportes António Batista Sobrinho, situado no Bairro de Trigolândia em Piên/PR.* Obs: A descrição detalhada dos serviços e características da prestação, encontram-se no Anexo I deste edital.	Mensal	2.050,00

OBS: A cotação deverá conter o carimbo da empresa e assinatura do responsável pelo orçamento.

Validade do orçamento: 60 dias

Piên 17 ABRIL 2024 Zoilita de Fatima de Jesus

Certificado da Condição de Microempreendedor Individual

20

Empresário(a)

Nome Civil
ZOILITA DE FATIMA DE JESUS

CPF
609.913.809-91

CNPJ
54.966.816/0001-01

Data de Abertura
02/05/2024

Nome Empresarial
54.966.816 ZOILITA DE FATIMA DE JESUS

Capital Social
10,00

Situação Cadastral Vigente
ATIVA

Data da Situação Cadastral
02/05/2024

Endereço Comercial

CEP	Logradouro	Número
83860-000	10A RUA RUA JOSE DA ROSA	S/N
Bairro	**Munícipio**	**UF**
TRIGOLANDIA	PIEN	PR

Situação Atual
Enquadrado na condição de MEI

Períodos de Enquadramento como MEI

Período	Início	Fim
1º período	02/05/2024	-

Atividades

Forma de Atuação
Porta a porta, postos móveis ou por ambulantes

Ocupação Principal
Fosseiro (limpador de fossa) independente

Atividade Principal (CNAE)
3702-9/00 - Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes

Ocupações Secundárias	Atividades Secundárias (CNAE)
Proprietário(a) de lanchonete, independente	5611-2/03 - Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares
Proprietário(a) de casa de chá, independente	5611-2/03 - Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares
Piscineiro(a) independente	8129-0/00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente

Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento

Declaro, sob as penas da lei, que conheço e atendo aos requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município para a dispensa da emissão do Alvará e Licença de Funcionamento, compreendidos os aspectos sanitários, ambientais, tributários, de segurança pública, uso e ocupação do solo, atividades domiciliares e restrições ao uso de espaços públicos; autorizo a realização de inspeção e fiscalização no local de exercício das atividades para fins de verificação da observância dos referidos requisitos; e declaro, sob as penas da lei, ter ciência de que o não atendimento dos requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município poderão acarretar o cancelamento deste Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento.*

* Declaração prestada pelo empreendedor no ato de registro da empresa.

21

Este Certificado comprova as inscrições, alvará, licenças e a situação de enquadramento do empresário na condição de Microempreendedor Individual. A sua aceitação está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço: https://mei.receita.economia.gov.br/certificado.
Certificado emitido com base na Resolução nº 59, de 12 de agosto de 2020, do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – CGSIM.

ATENÇÃO: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: 54.966.816 ZOILITA DE FATIMA DE JESUS
CNPJ: 54.966.816/0001-01

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 14:39:55 do dia 23/05/2024 <hora e data de Brasília>.
Válida até 19/11/2024.
Código de controle da certidão: **3419.2309.8178.2EC0**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 033584848-73

23

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **54.966.816/0001-01**
Nome: **54.966.816 ZOILITA DE FATIMA DE JESUS**
Estabelecimento sem registro no Cadastro de Contribuintes do ICMS/PR

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 20/09/2024 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Internet Pública (23/05/2024 14:40:23)

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

24

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: 54.966.816 ZOILITA DE FATIMA DE JESUS (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 54.966.816/0001-01
Certidão nº: 36003817/2024
Expedição: 23/05/2024, às 14:41:13
Validade: 19/11/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **54.966.816 ZOILITA DE FATIMA DE JESUS (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **54.966.816/0001-01, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

25

Inscrição : 54966816/0001-01
Razão Social : 54966816 ZOILITA DE FATIMA DE JESUS
Nome Fantasia : ZOILITA DE FATIMA DE JESUS
Endereço : RUA JOSE DA ROSA SN / TRIGOLANDIA / PIEN / PR / 83860-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 24/05/2024 a 22/06/2024
Certificação Número: 2024052411036260422607

Informação obtida em 24/05/2024, às 11:03:44.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br

PIÊN
PREFEITURA

Rua Amazonas, 373
Centro, Piên - PR
83.860-000
(41) 3632-1136

26

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS N.1050/2024

IMPORTANTE:	1. FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS CONSTATADOS POSTERIORMENTE MESMO REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO.

REVENDO OS ARQUIVOS E REGISTROS, CERTIFICAMOS QUE: O CONTRIBUINTE NADA DEVE À FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL RELATIVO A EMPRESA MENCIONADA ABAIXO.

NEGATIVA Nº: 1050/2024

FINALIDADE: VERIFICAÇÃO

RAZÃO SOCIAL: 54.966.816 ZOILITA DE FATIMA DE JESUS

PROTOCOLO nº	**CNPJ nº** 54.966.816/0001-01	**Inscrição Municipal nº** 30899

ENDEREÇO

RUA JOSE DA ROSA, S/N - TRIGOLANDIA CEP: 83860000 Piên - PR

CNAE / ATIVIDADES

Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes, Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares, Atividades de limpeza não especificadas anteriormente

Documento emitido em: Piên, 23 de Maio de 2024 por << Equiplano Público Web >>.

Certidão válida até 22/06/2024, SEM RASURAS E NO ORIGINAL.

Chave para validação: **4HHJ5UFFH2J2XM8EMUG**.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada através do endereço eletrônico:
https://pienpr.equiplano.com.br:7355/contribuinte/#/stmCertidao/validacaoCertidao

Certificado da Condição de Microempreendedor Individual

27

Empresário(a)

Nome Civil
BARBARA DE PAULA MIRANDA

CPF
115.747.509-41

CNPJ
51.868.033/0001-99

Data de Abertura
18/08/2023

Nome Empresarial
51.868.033 BARBARA DE PAULA MIRANDA

Capital Social
500,00

Situação Cadastral Vigente
ATIVA

Data da Situação Cadastral
18/08/2023

Endereço Comercial

CEP	Logradouro	Número
83860-000	ESTRADA ESTRADA PRINCIPAL	0
Bairro	**Munícipio**	**UF**
PONTE ALTA	PIEN	PR

Situação Atual
Enquadrado na condição de MEI

Períodos de Enquadramento como MEI

Período	Início	Fim
1º período	18/08/2023	-

Atividades

Forma de Atuação
Estabelecimento fixo

Ocupação Principal
Proprietário(a) de lanchonete, independente

Atividade Principal (CNAE)
5611-2/03 - Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares

Ocupações Secundárias	Atividades Secundárias (CNAE)
Manicure/pedicure independente	9602-5/01 - Cabeleireiros, manicure e pedicure
Esteticista independente	9602-5/02 - Atividades de estética e outros serviços de cuidados com a beleza
Piscineiro(a) independente	8129-0/00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente

Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento

Declaro, sob as penas da lei, que conheço e atendo aos requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município para a dispensa da emissão do Alvará e Licença de Funcionamento, compreendidos os aspectos sanitários, ambientais, tributários, de segurança pública, uso e ocupação do solo, atividades domiciliares e restrições ao uso de espaços públicos; autorizo a realização de inspeção e fiscalização no local de exercício das atividades para fins de verificação da observância dos referidos requisitos; e declaro, sob as penas da lei, ter ciência de que o não atendimento dos requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município poderão acarretar o cancelamento deste Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento.*

28

* Declaração prestada pelo empreendedor no ato de registro da empresa.

Este Certificado comprova as inscrições, alvará, licenças e a situação de enquadramento do empresário na condição de Microempreendedor Individual. A sua aceitação está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço: https://mei.receita.economia.gov.br/certificado.
Certificado emitido com base na Resolução nº 59, de 12 de agosto de 2020, do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – CGSIM.

ATENÇÃO: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: 51.868.033 BARBARA DE PAULA MIRANDA
CNPJ: 51.868.033/0001-99

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 14:43:28 do dia 23/05/2024 <hora e data de Brasília>.
Válida até 19/11/2024.
Código de controle da certidão: **51B8.1C80.001E.4430**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

30

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 033584917-02

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **51.868.033/0001-99**
Nome: **51.868.033 BARBARA DE PAULA MIRANDA**
Estabelecimento sem registro no Cadastro de Contribuintes do ICMS/PR

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 20/09/2024 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Internet Pública (23/05/2024 14:43:54)

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

31

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: 51.868.033 BARBARA DE PAULA MIRANDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 51.868.033/0001-99
Certidão nº: 36004807/2024
Expedição: 23/05/2024, às 14:44:27
Validade: 19/11/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **51.868.033 BARBARA DE PAULA MIRANDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **51.868.033/0001-99, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

PIÊN
PREFEITURA

Rua Amazonas, 373
Centro, Piên - PR
83.860-000
(41) 3632-1136

32

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS N.1051/2024

IMPORTANTE:	1. FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS CONSTATADOS POSTERIORMENTE MESMO REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO.

REVENDO OS ARQUIVOS E REGISTROS, CERTIFICAMOS QUE: O CONTRIBUINTE NADA DEVE À FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL RELATIVO A EMPRESA MENCIONADA ABAIXO.

NEGATIVA Nº: 1051/2024

FINALIDADE: VERIFICAÇÃO

RAZÃO SOCIAL: 51.868.033 BARBARA DE PAULA MIRANDA

PROTOCOLO nº	**CNPJ nº** 51.868.033/0001-99	**Inscrição Municipal nº** 28851

ENDEREÇO

ESTRADA ESTRADA PRINCIPAL, S/N - PONTE ALTA CEP: 83860000 Piên - PR

CNAE / ATIVIDADES

Atividades de estética e outros serviços de cuidados com a beleza, Cabeleireiros, manicure e pedicure

Documento emitido em: Piên, 23 de Maio de 2024 por << Equiplano Público Web >>.

Certidão válida até 22/06/2024, SEM RASURAS E NO ORIGINAL.

Chave para validação: **4HHJ5UFFH2J2XM8E5UB**.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada através do endereço eletrônico:
https://pienpr.equiplano.com.br:7355/contribuinte/#/stmCertidao/validacaoCertidao

A presente certidão foi emitida pelo site https://www.pien.pr.gov.br/, através do sistema informatizado da

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição : 51868033/0001-99
Razão Social : BARBARA DE PAULA MIRANDA
Endereço : EST PRINCIPAL SN / PONTE ALTA / PIEN / PR / 83860-000

33

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 24/05/2024 a 22/06/2024
Certificação Número: 2024052411546260432709

Informação obtida em 24/05/2024, às 11:58:38.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

34

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: EPS SERVICOS E TERCEIRIZACAO LTDA
CNPJ: 52.673.909/0001-04

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 14:26:03 do dia 20/11/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 18/05/2024.
Código de controle da certidão: **7EC8.C0A2.6A3C.41A1**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

35

Nome: EPS SERVICOS E TERCEIRIZACAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 52.673.909/0001-04
Certidão nº: 65665447/2023
Expedição: 20/11/2023, às 14:30:34
Validade: 18/05/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **EPS SERVICOS E TERCEIRIZACAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **52.673.909/0001-04, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

36

Nome: ANTONIO GILMAR DO PRADO
CNPJ: 08.707.650/0001-83

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 14:52:34 do dia 23/05/2024 <hora e data de Brasília>.
Válida até 19/11/2024.
Código de controle da certidão: **E6F1.C8FE.A14A.30A5**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual

Nº 033585119-06

37

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **08.707.650/0001-83**
Nome: **ANTONIO GILMAR DO PRADO**
Estabelecimento baixado ou paralisado no Cadastro de Contribuintes do ICMS/PR

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 20/09/2024 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Internet Pública (23/05/2024 14:53:47)

Voltar | Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 53.139.883/0001-81
Razão Social: CALLE RS CONSTRUTORA LTDA
Endereço: R DAS FILOMEIAS / CENTRO / PIRAPORA DO BOM JESUS / SP / 06550-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:02/05/2024 a 31/05/2024

Certificação Número: 2024050219235591277774

Informação obtida em 07/05/2024 22:06:10

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

39

Nome: CALLE RS CONSTRUTORA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 53.139.883/0001-81
Certidão nº: 71676661/2023
Expedição: 13/12/2023, às 20:55:04
Validade: 10/06/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CALLE RS CONSTRUTORA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **53.139.883/0001-81, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS

ITEM	UNID.	QTDE	PRODUTO	ZOILITA		BARBARA		EPS		ANTONIO		CALLE	
				Valor Unitario	Valor Total	Valor Unitario	Valor Total	Valor Unitario	Valor Total	Valor Unitario	Valor Total	Valor Unitario	Valor Total
1	Mês	1	Contratação de serviço de zeladoria e administração de espaço público. LOCAL: Ginásio de Esportes Vitória Santina Greipel, situado no Bairro de Ponte Alta em Piên/PR	R$ 2.090,00	R$ 2.090,00	R$ 2.050,00	R$ 2.050,00	R$ 2.398,99	R$ 2.398,99	R$ 2.500,00	R$ 2.500,00	R$ 3.415,00	R$ 3.415,00
2	mês	1	Contratação de serviço de Zeladoria e administração de espaço público LOCAL: Ginásio de Esportes Antônio Batista Sobrinho, situado no Bairro de Trigolândia em Piên/PR	R$ 2.050,00	R$ 2.050,00	R$ 2.100,00	R$ 2.100,00	R$ 2.398,99	R$ 2.398,99	R$ 2.500,00	R$ 2.500,00	R$ 3.415,00	R$ 3.415,00
					R$ 4.140,00		R$ 4.150,00		R$ 4.797,98		R$ 5.000,00		R$ 6.830,00

VALORES			
	EMPRESA	VALOR	CNPJ
1°	**ZOILITA**	**R$ 2.050,00**	**54.966.816/0001-01**
2°	**BARBARA**	**R$ 2.050,00**	51.868.033/0001-99
3°	EPS	R$ 4.797,98	52.673909/0001-04

PIÊN
PREFEITURA

Departamento de Licitações e Compras

PROTOCOLO Nº 3261/2024
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS

1)OBJETO: Contratação de empresa de zeladoria destinado a atender a demanda do Município nos Ginásio de esportes.

41

2) MODALIDADE: Dispensa.

3) VALOR MÉDIO ESTIMADO: R$ 24.600,00 (vinte e quatro mil e seiscentos reais)

4) FORMA DE PAGAMENTO: Em até 30 (trinta) dias após emissão de Nota Fiscal.

5) DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Conforme LOA 2024

SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER
09.001.13.392.0010.2024- 3390-39-00-00 09.002.27.812.0011.2025-3390390000

6) RECURSOS ORÇAMENTARIOS:

Saldo Atualizado em 27/05/2024 às 08:27 hrs R$ 204.083,75

(x) Há disponibilidade.
( ) Não há disponibilidade.
( ) Quando se tratar de Registro de Preços o Saldo Orçamentário deverá ser consultado no momento da emissão do contrato/Empenho.
( ) Necessita suplementação.

José Luiz de Barros
Contador CRC/PR 049922/O-8
Matrícula 35076-1
27/05/24

8) RECURSOS FINANCEIROS:
( ) Há previsão de recursos financeiros e será incluído na Programação de acordo com a disponibilidade.
( ) Não há previsão recursos financeiros.
( ) Quando se tratar de Registro de Preços o Saldo Orçamentário deverá ser consultado no momento da emissão do contrato/Empenho.
( ) Necessita suplementação

9) Declaramos que a análise da regularidade orçamentária e legal foi feita pelo órgão solicitante, de acordo com as informações constantes no processo e epígrafe, em conformidade com o que dispões os Arts. 16 e 17 da LC 101/00.

Silvana Teixeira Jung
Secretária Municipal de Administração e Finanças
Decreto 229/2023
27/05/2024

Prefeitura de PIÊN

Secretaria de Administração e Finanças
Assessoria de Licitações e Contratos

DESPACHO PARA DISPENSA

PROTOCOLO 3261/2024

OBJETO Dispensa de licitação para contratação de empresa de Zeladoria, destinado a atender a demanda do Município nos Ginásio de Esportes "Ginásio de Esporte Antonio Batista Sobrinho – Trigolândia e Ginásio de Esportes Vitória Santina Greipel – Ponte Alta. Pelo período de 6 meses.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/21 42

Art. 75. É dispensável a licitação:
II - Para contratação que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

RAZÃO ESCOLHA DO CONTRATADO:
A contratação dos serviços na modalidade de dispensa neste caso, se caracteriza pelo valor a investido. Considerando que se trata de serviços essenciais para a conservação e organização destes espaços públicos, mantendo-os limpos e em perfeitas condições, além de proporcionar um espaço atrativo e aconchegante para todos os munícipes e visitantes. Ademais, visa contribuir para a preservação e higienização dos espaços públicos, evitando assim a proliferação de animais peçonhentos e demais seres indesejados como roedores, aranhas, cobras além de insetos transmissores do vírus da dengue, Zika e Chikungunya que possam comprometer a saúde pública da população, bem como manter o zelo e cuidado com o patrimônio público. Sendo assim, torna-se de suma importância a contratação, visto que o município não dispõe em seu quadro mão de obra técnica capacitada para atender a esses serviços.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO
O preço está dentro do praticado atualmente no mercado da região.

DOCUMENTOS DO PROCESSO
[x] Requerimento e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo.
[x] Estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei.
[x] Demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido – Informações Orçamentárias e Financeiras.
[x] Comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária – Certidões de Regularidade Fiscal e Trabalhista.
[x] Autorização da autoridade competente.
[x] no mínimo 3 (três) orçamentos/cotações.
[x] Contrato Social/Requerimento do empresário/Estatuto.
[x] Publicação em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, nos termos do art. 75, § 3º da Lei nº 14.133/21.
[] foi(foram) apresentada(s) nova(s) proposta(s).
[X] não foi (foram) apresentada(s) nova(s) proposta(s).

Piên, 27 de maio de 2024

EDUARDO DUARTE SCHEIVARASKI
Agente de contratação
Decreto nº 24, de 23 de janeiro de 2024

Rua Amazonas, 373
Centro, Piên - PR
83.860-000
(41) 3632-1136

Protocolo: 3261/2024
Assunto: "Contratação de empresa especializada, para serviço de zeladoria, conforme solicitação da secretaria de Esporte, Cultura e Lazer".
Requerente: Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer.

43

Parecer Jurídico

I – Relatório

Trata-se de consulta jurídica formulada pela Secretaria requerente para abertura de processo para "Contratação de empresa especializada, para serviço de zeladoria, destinado a atender as demandas dos Ginásios de esportes: Ginásio de Esportes Antônio Batista Sobrinho - Trigolândia e Ginásio de Esportes Vitória Santina Greipel – Ponte Alta, conforme solicitação da secretaria de Esporte, Cultura e Lazer".

O processo veio acompanhado do requerimento da secretaria municipal, estudo técnico preliminar, termo de referência, cotações de fornecedores habilitados, consulta de regularidade fiscal e trabalhista, despacho do agente de contratação informando a publicação de aviso de dispensa de licitação, mapa comparativo de preços e tabela indicativa da melhor proposta, declaração de existência de dotação orçamentária e informações quanto ao valor de mercado.

II - Passamos a análise jurídica.

As aquisições e contratações públicas seguem, em regra, o princípio do dever de licitar, previsto no artigo 37, inciso XXI da Constituição. Porém, o comando constitucional já enuncia que a lei poderá estabelecer exceções à regra geral, com a expressão "ressalvados os casos especificados na legislação".

De acordo com Lei n.º 14.133/21, a licitação poderá ser dispensada (ou dispensável) nas hipóteses do art. 75, sendo que, em todos os casos, mesmo que exista a viabilidade de competição, o que torna a licitação possível, contudo, por comando normativo expresso, dada a natureza da contratação, o procedimento licitatório estaria dispensado.

Inicialmente, destaca-se que a natureza do processo licitatório é, ordinariamente, o atendimento de demanda pública, em apreço à livre concorrência e à captação de preço justo e mais vantajoso à administração, elementos colhidos no espírito da Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Rua Amazonas, 373
Centro, Piên - PR
83.860-000
(41) 3632-1136

Ressalta-se que, na contratação direta, o que é dispensado é o processo licitatório e não o processo administrativo, logo, o administrador está obrigado a seguir um procedimento administrativo determinado, destinado a assegurar mesmo nesses casos, a prevalência dos princípios constitucionais da Administração pública. 44

Além disso, o objeto deste processo se amolda ao inciso II do art. 75 da Lei no 14.133/21:

> Art. 75. É dispensável a licitação:
> I - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 100.000, 00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;
> II - **para contratação que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;**
> III - para contratação que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de I (um) ano, quando se verificar que naquela licitação:
> (...)

A nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, dispõe em seu art. 72 os documentos minimamente necessários para a instrução do processo de contratação direta, como também nuances que devem ser observadas para garantir a proposta mais vantajosa para a administração:

> Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:
> I - **documento de formalização de demanda** e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, **termo de referência**, projeto básico ou projeto executivo;
> II - **estimativa de despesa**, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
> III - **parecer jurídico e pareceres técnicos**, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
> IV - **demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários** com o compromisso a ser assumido;
> V - **comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação** e qualificação mínima necessária;
> VI - **razão da escolha do contratado;**
> VII - **justificativa de preço;**
> VIII - **autorização da autoridade competente.**
> Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

No presente processo administrativo, noto que foram atendidos os requisitos da legislação, em especial, quanto ao requerimento, estimativa da despesa, demonstração da compatibilidade de recursos orçamentários e justificativa da necessidade de contratação.

Registra-se, igualmente, que a análise do preço da contratação foi realizada pela Comissão de Licitação e pela secretaria requerente, quanto aos parâmetros do valor de mercado, em atenção aos orçamentos que seguem no processo de dispensa de licitação, objetivando atender aos princípios da legalidade, economicidade e celeridade, realizando a presente contratação, com vistas a cumprir o disposto no art. 5º, da Lei nº 14.133/21.

Rua Amazonas, 373
Centro, Piên - PR
83.860-000
(41) 3632-1136

No que se refere, ao disposto no § 3º do art. 75, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, segue nos autos o Aviso de Dispensa de Licitação, publicado no site oficial do Município pelo período de três dias, a fim de promover a publicidade dos atos da administração pública e obter o maior número de propostas adicionais de eventuais interessados. Neste sentido, foi certificado pelo agente de contratação que não foram apresentadas novas propostas para o objeto.

45

A Lei de Licitações estabelece que a realização de licitação ou contratação direta depende da previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executadas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma, neste sentido, foi anexado ao processo a declaração de disponibilidade orçamentária e financeira atestada pelo setor da contabilidade.

Igualmente, a Lei de Responsabilidade Fiscal, direciona o gestor público a obrigatoriedade de observar a lei orçamentária nos procedimentos licitatórios para que as contratações a serem realizadas estejam incluídas no Plano Plurianual e Lei Orçamentária, vejamos:

> Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de: (Vide ADI 6357)
> I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;
> II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Neste sentido, verifica-se a presença da autorização expressa da Secretaria de Administração e Finanças, para o início dos trabalhos licitatórios, atestando a existência de recursos e a regularidade orçamentária para contratação.

Importante mencionar, que o art. 73 da referida Lei de Licitações prevê que se o gestor vier a contratar diretamente fora dos parâmetros e requisitos autorizados expressamente neste diploma, o contratado e o agente público "responderão solidariamente pelo dano causado ao erário, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis".

Além disso, as irregularidades na contratação poderão configurar crime previsto no art. 337-E do Código Penal e, de maneira solidária, o contratado e o agente público responsável poderão responder pelo eventual dano causado ao erário, vejamos:

> **Contratação direta ilegal**
> Art. 337-E. Admitir, possibilitar ou dar causa à contratação direta fora das hipóteses previstas em lei:
> Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.

Por fim, evidencia-se, que a dispensa de licitação não implica em total abandono de princípios que regem as contratações públicas, em especial a impessoalidade e a vantajosidade da proposta, que deve ser obtida dentro do universo de fornecedores que estejam devidamente

Rua Amazonas, 373
Centro, Piên - PR
83.860-000
(41) 3632-1136

habilitados para fornecimento do produto, neste caso, vemos que houve a busca/pesquisa de preços, sendo a mesma considerada como suficiente.

46

III – Conclusão

Neste sentido, entendemos que o processo em comento atende os princípios insculpidos no inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal e, diante disso, **opinamos favoravelmente pela legalidade da contratação direta** excepcionalmente para atender a contratação dos serviços/produto a que se destina, em razão do valor apresentado, com base no permissivo legal expresso no inciso II, do art. 75 da Lei no 14.133/21.

Por fim, cumpre destacar que o presente parecer tem caráter meramente opinativo, ou seja, é não vinculante para o gestor público, o qual pode, de forma justificada adotar ou não a orientação exposta no parecer[1]. E, que o mesmo foi elaborado com base nas informações prestadas a esta procuradoria jurídica, se atendo somente aos contornos jurídicos das questões apresentadas, uma vez que os critérios/justificativas e a análise de mérito (oportunidade e conveniência) do pedido para a realização do ato administrativo constituem análise técnica e discricionária da Secretaria solicitante, e, portanto, é vedado aos assessores jurídicos se imiscuir-se sobre o mérito administrativo, tal como apregoado pelo enunciado de n.º 07 do Manual de Boas Práticas Consultivas (BPC)[2].

S.M.J. É o parecer.

Piên, 27 de maio de 2024.

Naiany Caroline de Araujo
Procuradora Jurídica
OAB/PR 111.206

[1] Agravante que, na qualidade de chefe da Assessoria Técnica da Administração Regional, emitiu parecer favorável a contratação. **Manifestação de natureza meramente opinativa e, portanto, não vinculante para o gestor público**, o qual pode, de forma justificada, adotar ou não a orientação exposta no parecer. O parecer tem natureza obrigatória (art. 38, VI, da Lei nº 8.666/93), porém não é vinculante. (STF, AgReg no HC n.º 155.020 – Min. Celso de Mello).

[2] A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, **evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos**, tais como os técnicos, administrativos ou de **conveniência ou oportunidade**, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

Prefeitura de
PIÊN

MUNICÍPIO DE PIÊN
ESTADO DO PARANÁ

PROTOCOLO N° 3261/2024
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 034/2024

47

Dispensa de Licitação, na forma do Art. 75°, Inciso II, alínea "e" da Lei Federal 14.133/21.

Objeto: Dispensa de licitação para contratação de empresa de Zeladoria, destinado a atender a demanda do Município nos Ginásio de Esportes "Ginásio de Esporte Antonio Batista Sobrinho – Trigolândia e Ginásio de Esportes Vitória Santina Greipel – Ponte Alta. Pelo período de 6 meses.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN-PR.

CONTRATADA: ZOLITA DE FATIMA DE JESUS

CNPJ: 54.966.816/0001-01

VALOR: R$ 12.300,00 (doze mil e trezentos reais)

CONTRATADA: BARBARA DE PAULA

CNPJ: 51.868.033/0001-99

VALOR: R$ 12.300,00 (doze mil e trezentos reais)

Dotação Orçamentária:

SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER
09.001.13.392.0010.2024- 3390-39-00-00 09.002.27.812.0011.2025-3390390000

Condição de Pagamento: Depósito bancário em até 30 dias após o recebimento da N.F.

Piên/PR, 27 de maio de 2024.

Maicon Grosskopf
Prefeito Municipal

Prefeitura de
PIÊN

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

48

CONTRATAÇÃO DIRETA

Dispensa de Licitação N° 034/2024

PROTOCOLO: 3261/2024

Objeto: Dispensa de licitação para contratação de empresa de Zeladoria, destinado a atender a demanda do Município nos Ginásio de Esportes "Ginásio de Esporte Antonio Batista Sobrinho – Trigolândia e Ginásio de Esportes Vitória Santina Greipel – Ponte Alta. Pelo período de 6 meses.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN-PR.

CONTRATADA: ZOLITA DE FATIMA DE JESUS

CNPJ: 54.966.816/0001-01

VALOR: R$ 12.300,00 (doze mil e trezentos reais)

CONTRATADA: BARBARA DE PAULA

CNPJ: 51.868.033/0001-99

VALOR: R$ 12.300,00 (doze mil e trezentos reais)

AUTORIZAÇÃO: 27/05/2024

Detalhe de Entrada de Energia;
Matrículas 37.809 e 37.964 do CRI Capanema;
Avaliação dos Imóveis;
Gabinete do Prefeito Municipal de Pérola D´Oeste – PR., 28 de maio de 2024.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andressa Maiara Lang
Código Identificador:45C1F8FF

DEPARTAMENTO DE ADMINISTAÇÃO E PLANEJAMENTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO

ATA Nº 02/2024
Aos vinte e sete dias (27) do mês de maio de dois mil e vinte e quatro (2024), om início às 13h:30min, na sala de Reuniões da Secretaria de Educação, Cultura e Turismo, situado a Rua Pio XII, 729, Centro, Pérola D'Oeste - Paraná., a Secretária da Educação, Cultura e Turismo Jaqueline Bressan chwingel deu as boas-vindas a Secretária de Administração e Planejamento Andressa Maiara Lang, a Técnica em Licitação Laís Gindri, aos demais presentes, componentes das Secretarias mencionadas e também aos interessados da sociedade civil n relação as disposições e modo de execução os recurso da lei Aldir lanc. Inicialmente solicitou-se aos presentes interessados na habilitação de projetos ao edital da lei Aldir Blanc para que preenchessem o formulário da consulta pública, expondo seus conhecimentos m relação a mesma. Não houve interessados na habilitação de projetos. Em sequência colocou como pauta para o encontro a necessidade de consultar a população em relação aos seus conhecimentos sobre os recursos da Lei Aldir Blanc, bem como, apresentar seus requisitos e disposições. A secretária de Educação, Cultura e Turismo expôs a todos os presentes a explicação dos seguintes temas: Apresentação da Aldir Blanc; Histórico, princípios e objetivos a LAB; O recurso da LAB; Como o recurso pode ser utilizado; Execução dos recursos; Prestação de Contas; Inclusão e democratização do acesso à cultura por meio da LAB. Em sequência o espaço de fala foi aberto para perguntas, não havendo perguntas ou questionamentos. Por fim, solicitou-se aos presentes ara que assinassem a lista de presença. Não havendo mais nada a tratar a secretária de Educação, Cultura e Turismo encerrou a reunião, e Rosani Maria Heintze Giongo, lavrei a presente ata que será assinada por mim e os demais presentes na reunião. A mesma confere com a original.

Publicado por:
Rosani Maria Heintze Giongo
Código Identificador:9D0CEF87

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

LEGISLATIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 12/2024

Súmula: "Concede Avanço horizontal a servidora Gizele de Fatima Santos Casagrande".

GIOMAR DA ROSA, Presidente da Câmara Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º - Conceder avanço horizontal a servidora Gizele de Fatima Santos Casagrande, ocupante do cargo de provimento efetivo de contadora, inscrito no RG. nº 4.627.664, referente ao período de 05/05/2022 a 04/05/2024, conforme art. 18 da Lei 1341/2018 e Resolução 04/2018.

Art. 2 º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, com seus efeitos financeiros a partir de 01 de maio de 2024, ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se.

Câmara Municipal de Piên, 28 de maio de 2024.

GIOMAR DA ROSA
Presidente da Câmara Municipal de Piên

Publicado por:
Gilson Hilgenstieler
Código Identificador:00328BF2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DISPENSA DE LICITAÇÃO 034/2024

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CONTRATAÇÃO DIRETA
Dispensa de Licitação Nº 034/2024

49

PROTOCOLO: 3261/2024

Objeto: Dispensa de licitação para contratação de empresa de Zeladoria, destinado a atender a demanda do Município nos Ginásio de Esportes "Ginásio de Esporte Antonio Batista Sobrinho – Trigolândia e Ginásio de Esportes Vitória Santina Greipel – Ponte Alta. Pelo período de 6 meses.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN-PR.

CONTRATADA: ZOLITA DE FATIMA DE JESUS
CNPJ: 54.966.816/0001-01
VALOR: R$ 12.300,00 (doze mil e trezentos reais)

CONTRATADA: BARBARA DE PAULA
CNPJ: 51.868.033/0001-99
VALOR: R$ 12.300,00 (doze mil e trezentos reais)

AUTORIZAÇÃO: 27/05/2024

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:95CE5BF0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DISPENSA DE LICITAÇÃO 035/2024

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CONTRATAÇÃO DIRETA
Dispensa de Licitação Nº 035/2024

PROTOCOLO: 3304/2024

Objeto: Aquisição de suplementos alimentares conforme solicitação secretaria municipal de saúde.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN-PR.

CONTRATADA: PAPELARIA SÃO BENTO LTDA
CNPJ: 07.634.816/0001-16
VALOR: R$ 7.875,00 (Sete mil oitocentos e setenta e cinco reais)

CONTRATADA: STRACKE E OLIVEIRA LTDA
CNPJ: 20.274.682/0001-38
VALOR: R$ 4.347,00 (quatro mil, trezentos e quarenta e sete reais)

AUTORIZAÇÃO: 28/05/2024

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:6ED453F5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 520 DE 24 DE MAIO DE 2024

50

CONTRATO Nº 058/2024
REFERENTE A DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 034/2024

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE QUE ENTRE SI FIRMAM O MUNICÍPIO DE PIÊN E A EMPRESA 51.868.033 BARBARA DE PAULA MIRANDA.

Pelo presente instrumento particular de prestação de serviços que entre si celebram, de um lado o **MUNICÍPIO DE PIÊN**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.002.666/0001-40, com sede à Rua Amazonas, 373, Centro, Piên/PR, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. **MAICON GROSSKOPF**, portador da CI nº 10094176-7, inscrito no CPF/MF sob o nº 080.278.589-17, residente e domiciliado nesta cidade, assistido pela Procuradora Jurídica Sra. Naiany Caroline de Araujo, OAB/PR nº 111.206/PR em conjunto com a Secretária Municipal de Esporte, Cultura e Lazer Sra. Adriana de Fátima Fragoso Bueno Franco, portadora do CPF nº 014.410.989-17, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro a empresa **51.868.033 BARBARA DE PAULA MIRANDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 51.868.033/0001-99, com endereço na Estrada Principal, s/nº, Bairro Ponte Alta, em Piên/PR, CEP: 83860-000, fone: (47) 99606-3213, e-mail: barbaramiranda3014@gmail.com; neste ato representada pela Sra. **Barbara de Paula Miranda**, inscrita no CPF sob nº 115.747.509-41, doravante denominado simplesmente **CONTRATADO**, resolvem celebrar o presente contrato, nos termos do artigo 89 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, e suas alterações, resoluções e demais normas vigentes e aplicáveis ao objeto da presente contratação, decorrente da **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 034/2024** devidamente homologada pelo CONTRATANTE mediante as cláusulas expressas a seguir, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades de ambas as partes:

DO OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS (Art. 92, Lei 14.133/2021)

Cláusula primeira: O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa de Zeladoria, destinado a atender a demanda do Município nos Ginásio de Esportes "Ginásio de Esporte Antônio Batista Sobrinho – Trigolândia e Ginásio de Esportes Vitória Santina Greipel – Ponte Alta conforme especificações abaixo:

LOTE	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT.	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
1	Contratação de serviço de zeladoria e administração de espaço público. **LOCAL:** Ginásio de Esportes Vitória Santina Greipel, situado no Bairro de Ponte Alta em Piên/PR.	Mensal	6	R$ 2.050,00	R$ 12.300,00

Parágrafo Primeiro: Integra e completa o presente Termo Contratual, para melhor caracterização dos serviços e resultados, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas e para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Termo de Referência da **DISPENSA Nº 034/2024** e suas documentações complementares, anexos a este Contrato e devidamente assinado pela parte CONTRATANTE, bem como a proposta do contratado, sendo os mesmos considerados suficientes para, em complemento a este contrato e a assinatura da CONTRATADA, definir sua extensão e, desta forma, reger a execução do objeto contratado, bem como o **CONTRATADO** a assumir todas as exigências presentes nos termos retro mencionados.

Parágrafo Segundo: Ao assinar a presente contratação o **CONTRATADO** atesta conformidade com a cessão de direitos sobre o item objeto desta Inexigibilidade ao **Órgão Contratante**.

Bárbara

DA ENTREGA E RECEBIMENTO (Art. 140, Lei 14.133/2021) 51

Cláusula Segunda: A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- Início da execução do objeto: Em até 3 dias da assinatura do contrato;
- Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho;
- Execução: Cada ginásio terá um zelador e o mesmo ficará responsável por toda rotina neste local em conformidade aos anseios do Poder Público através das Secretarias de Esporte e de Governo.
- Este servidor ficará a disposição para organizar os horários, coordenar e contribuir com a limpeza, anotar todos os reparos que forem necessários no espaço e acompanhará as equipes que trabalharem no local.
- As chaves ficarão apenas de posse deste responsável, o mesmo abrirá e fechará o espaço, acompanhando todos os eventos, não permitindo esta tarefa para outra pessoa.
- Os banheiros serão limpos diariamente, bem como a cozinha e a quadra toda vez que se fizer necessário. As paredes que estiverem sujas ou pichadas deverão ser limpas para que o local seja mantido em bom estado aparente.
- Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Ginásio de Esportes Vitória Santina Greipel, na Avenida Paraná no bairro de Ponte Alta.
- Os horários a ser controlado por este servidor deverão ter o maior fluxo durante a noite, para tanto, a limpeza destes espaços deve ser feita ao longo do dia.
- A listagem dos materiais de limpeza e de higiene deve ser feita mensalmente a Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer que ficará a cargo de organizar estes materiais.
- O transporte deste servidor ficará a cargo da empresa contratada.

Uniformes;
- Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seu empregado deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado

Equipamento de proteção individual – EPI oferecidos pela contratada:
- Equipamentos básicos para serviços rotineiros, sendo no mínimo:
a) 01 (um) par de Bota segurança
b) 01 (um) par Luvas apropriada a função
c) 01 (um) Óculos de Proteção
- Informações relevantes para o dimensionamento da proposta
- A demanda do órgão tem como base as seguintes características:
- Especificações técnicas – Serviços Gerais com equipe padrão
- Os serviços que constituem objeto desta licitação deverão ser executados em estrita observância aos planos aprovados pelo Município, atendidas as especificações e demais elementos técnicos constantes deste.

Forma de Prestação dos serviços;
- Os serviços serão executados de acordo com as necessidades e das demandas apontadas pelas Secretarias de Esporte, Cultura e Lazer e da Secretaria de Governo.

Parágrafo Segundo: Será de total responsabilidade da empresa contratada os fornecimentos de todos os materiais necessários para a elaboração e execução do objeto. Todos os produtos/serviços e seus quantitativos deverão obedecer às especificações do termo de referência da **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 034/2024.**

Parágrafo Terceiro: Caberá ao fiscal do contrato manter o contato frequente com a empresa, e atestar o bom funcionamento destes espaços, ouvir os usuários para saber se o local estará atendendo a todos a contento com horários e com todos os itens disponíveis nesta estrutura, oportunizando o acesso de todos.

Bárbara

52

DA FISCALIZAÇÃO (Art. 140, Lei 14.133/2021)

Cláusula Terceira: Fica designada como fiscal do contrato a servidora ALEXANDRA APARECIDA DA CRUZ LAURINDO – Assessor de área III - Cultura – Matrícula 4765897.

Parágrafo Primeiro: A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 140 da Lei nº 14133/21.

Parágrafo Segundo: O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA E CONDIÇÕES DE PRORROGAÇÃO

Cláusula Quarta: O presente contrato terá vigência de 6 (seis) meses a contar da data de sua publicação, podendo ser prorrogado por igual período.

Parágrafo Primeiro: A CONTRATADA se compromete a fornecer os serviços durante o prazo da vigência do Contrato;

Parágrafo Segundo: A execução do contrato deverá ser iniciada mediante ordem de fornecimento emitida pelo fiscal do contrato designado pela Secretaria solicitante;

Parágrafo Terceiro: A execução do contrato antes de emitida a ordem de fornecimento, nos termos do parágrafo anterior, é de responsabilidade única e exclusiva do CONTRATADO, não obrigando a CONTRATADA a adiantar os pagamentos.

Parágrafo Quarto: No caso de execução antecipada, antes da ordem de fornecimento ser emitida, nos moldes do parágrafo sexto, quando houver a existência de recursos vinculados, a CONTRATADA, desde logo, fica ciente de que o pagamento dos valores atrelados a receitas vinculadas somente será efetuado quando o recurso financeiro estiver disponibilizado em caixa da prefeitura, correndo por sua conta e risco a execução antecipada do contrato.

DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES PAGAMENTO (Art. 141, Lei 14.133/2021).

Cláusula Quinta: O valor total do contrato é de R$ 12.300,00 (doze mil e trezentos reais) no qual se inclui todos os tributos, diretos ou indiretos, sobre a execução do objeto.

Parágrafo Primeiro: O pagamento será efetuado através de depósito bancário, em até 30 (trinta) dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura, conforme disponibilidade financeira na fonte de recursos, no protocolo financeiro da Prefeitura, desde que devidamente atestada pela Secretaria solicitante e anexada às provas de regularidade relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União - DAU, abrangendo inclusive as contribuições sociais – INSS, de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, Tributos Municipais e Tributos Estaduais e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

Parágrafo Segundo: Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

Parágrafo Terceiro: Em caso de irregularidade na execução do objeto e/ou na documentação fiscal. O prazo de pagamento será contado a partir da(s) correspondente(s) regularização(ões).

Bárbara

Parágrafo Quarto: Em caso de atraso de pagamento em relação ao prazo estabelecido nesta cláusula, o valor da nota fiscal poderá ser atualizado monetariamente pelo INPC (Índice Nacional de Preço ao Consumidor), entre

a data em que deveria ter sido adimplida a obrigação e o efetivo pagamento (Lei Federal 14.333/2021).

Parágrafo Quinto: No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro, manutenção, instalação, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, inclusive todo o material e equipamento necessário para a execução dos serviços.

Parágrafo Sexto: Nos termos do Decreto Municipal nº 157/2023, a administração contratante procederá a retenção do Imposto de Renda de pessoas jurídicas na fonte tanto para bens quanto prestação de serviços, inclusive obras de construção civil, salvo imunidade, isenção e/ou dispensa prevista em legislação em vigor conforme Instrução Normativa nº 1234, de 2012 da Receita Federal do Brasil.

DO REAJUSTE

Cláusula Sexta: Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data de assinatura do presente termo contratual.

Parágrafo Primeiro: Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Parágrafo Segundo: Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

Parágrafo Terceiro: No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

Parágrafo Quarto: Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

Parágrafo Quinto: Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

Parágrafo Sexto: Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

Parágrafo Sétimo: O reajuste será realizado por apostilamento.

DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS (Art. 141, V, Lei 14.133/2021).

Cláusula Sétima: As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do crédito indicado pelo código: 09.002.27.812.0011.2025-3390390000

DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Cláusula Oitava: Constitui direitos de o MUNICÍPIO receber o objeto deste contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Primeiro – O contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

A CONTRATADA obriga-se a seguir o disposto no Contrato; Bárbara

a) Efetuar o serviço nas condições, no(s) prazo(s) e no(s) local(is) indicados pela Secretaria/Órgão solicitante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da

b) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto do presente Termo de Referência;
c) Comunicar à Administração, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
d) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
e) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência, edital ou na minuta de contrato;
f) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
g) Apresentar todos os documentos necessários durante a execução do contrato mantendo em dia suas obrigações fiscais.
h) No que se refere a prestação de serviços que necessita de funcionários a empresa deverá manter as suas obrigações trabalhistas em dia, apresentando mensalmente a prefeitura municipal.
i) Atender e colocar em prática as recomendações feitas pela CONTRATANTE no que diz respeito a execução do objeto, desde que não contrariem o interesse da Administração;

Parágrafo Segundo – Constitui obrigações da CONTRATANTE:

a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
b) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
c) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
d) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
e) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
f) Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
g) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
h) A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;
i) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, admitida a prorrogação motivada, por igual período;
j) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
k) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (Título IV, Capítulo I, Lei 14.133/2021)

Cláusula Nona: Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
e) não manter a proposta, salvo em decorrencia de fato superveniente devidamente justificado;
f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta;
g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

Bárbara

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Cláusula Décima: Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

Parágrafo Primeiro: **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

Parágrafo Segundo: **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f", e "g" da cláusula nona deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

Parágrafo Terceiro: **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "h", "i", "j", "k" e "l" da cláusula nona deste contrato, bem como nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f", e "g", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Quarto: **Multa**:
I – **Moratória**:
a) Moratória de 3 % (três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor integral do contrato, até o limite de 20 (vinte) dias;
b) Moratória de 5 % (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor integral do contrato, até o limite máximo de 10 (dez) dias, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
c) Moratória de 2 % (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor integral do contrato, até o limite máximo de 30 (trinta) dias, pela inobservância do prazo fixado pelo fiscal do contrato para sanar alguma irregularidade do objeto contratual e/ou apresentação de documentação solicitada.
d) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do artigo 137 da Lei n.º 14.133, de 2021.

II – **Compensatória**:
a) Para a infração descrita na alínea "a" da cláusula nona, a multa compensatória será de 8% (oito por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.
b) Para a infração descrita na alínea "b" da cláusula nona, a multa compensatória será de 15% (quinze por cento) a 30% do valor do contrato.
c) Para a infração descrita na alínea "c" da cláusula nona, a multa compensatória será de 20% (vinte por cento) a 30% do valor do contrato.
d) Para a infração descrita na alínea "d" da cláusula nona, a multa compensatória será de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor do contrato.
e) Para as infrações previstas nas alíneas "e"; "f"; e "g" da cláusula nona, a multa compensatória será de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor do contrato.
f) Para as infrações previstas nas alíneas "h"; "i"; "j"; "k"; e "l" da cláusula nona, a multa compensatória será de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

Parágrafo Quinto: A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao contratante, nos moldes do previsto no artigo 156, parágrafo 9.º da Lei n.º 14.133, de 2021.

Parágrafo Sexto: Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme previsto no artigo 156, parágrafo 7.º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

Bárbara

Parágrafo Sétimo: Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, nos moldes do disposto no artigo 157, da Lei n.º 14.133, de 2021.
Parágrafo Oitavo: Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Parágrafo Nono: Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de *30 (trinta)* dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

Parágrafo Décimo: A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Parágrafo Décimo-Primeiro: Na aplicação das sanções serão considerados:
I – a natureza e a gravidade da infração cometida.
II – as peculiaridades do caso concreto.
III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes.
IV – os danos que dela provierem para o contratante.
V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Parágrafo Décimo-Segundo: Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

Parágrafo Décimo-Terceiro: A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Décimo-Quarto: Qualquer penalidade aplicada deverá ser registrada; tratando-se de penalidade que implique no impedimento de licitar e contratar com o Município, ou de declaração de inidoneidade, será obrigatória a comunicação do ato ao Tribunal de Contas do Estado.

Parágrafo Décimo-Quinto: O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Décimo-Sexto: As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

Bárbara

DOS CASOS DE RESCISÃO E DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO (Arts. 104 e 137, Lei 14.133/2021).

Cláusula Décima-Primeira: O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

Parágrafo Primeiro: O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

Parágrafo Segundo: O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante,

quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem. Nesta hipótese, a extinção ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

Parágrafo Terceiro: Caso a notificação da não-continuidade do contrato, nos termos do parágrafo anterior, ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data de comunicação.

Parágrafo Quarto: O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa, aplicando-se também os artigos 138 e 139 da mesma lei.

Parágrafo Quinto: A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

Parágrafo Sexto: No caso do parágrafo anterior, se a modificação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

Parágrafo Sexto: O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:
I – Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
II – Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
III – Indenizações e multas.

Parágrafo Sétimo: A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (artigo 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

Parágrafo Oitavo: O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL (Art. 75, Lei 14.133/2021).

Cláusula Décima Segunda: O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei 14.133 de 01/04/2021, suas alterações e, pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos, as disposições de Direito Privado, Código de Defesa do Consumidor, Código Civil a Lei Orgânica e demais normas aplicáveis à espécie do Município de Piên/Pr.

Parágrafo Único: Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de Direitos.

DA OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO (Art. 89, Lei 14.133/2021).

Cláusula Décima Terceira: Fica o CONTRATADO obrigado a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato.

DO FORO (Art. 89 § 1º, Lei 14.133/2021).

Cláusula Décima Quarta Concorda o CONTRATADO quanto ao foro privilegiado atribuído ao CONTRATANTE, qual seja o Foro de Rio Negro, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba/PR, para dirimir eventuais questões oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

DO FORO (Art. 89 § 1º, Lei 14.133/2021).

Bárbara

Cláusula Décima Quinta: Concorda o CONTRATADO quanto ao foro privilegiado atribuído ao CONTRATANTE, qual seja o Foro de Rio Negro, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba/PR, para dirimir eventuais questões oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Piên/PR, 29 de maio de 2024

MAICON GROSSKOPF
Prefeito
CONTRATANTE

NAIANY CAROLINE DE ARAUJO
Procuradoria Jurídica
OAB/PR 111206

51.868.033 BARBARA DE PAULA MIRANDA
CONTRATADO

ADRIANA DE FÁTIMA FRAGOSO BUENO FRANCO
Secretária de Esporte, Cultura e Lazer
Decreto nº 064/2021

TESTEMUNHAS:

Nome: Alexandra Aparecida da Cruz Laurindo Assinatura: Alexandra Ap. C. Laurindo

Nome: Josnei Grosskopf Assinatura:

Data de assinatura: 28 de maio de 2024.

Coordenação de Contratos.
Compras e Licitações

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:3FA392D6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONTRATO Nº 054/2024

MODALIDADE: REFERENTE A INEXIGIBILIDADE Nº 058/2024
VINCULADO AO CHAMAMENTO PÚBLICO 003/2024
CONTRATADO: COOPERATIVA DE AGRICULTORES DE FRUTAS E VERDURAS DE CAMPO ALEGRE - COOPERVITA
CNPJ: 20.139.855/0001-05
Objeto: Aquisição de gênero alimentício diretamente da agricultura familiar para a alimentação escolar a ser fornecida nas creches e escolas municipais, conforme proposta apresentada na Chamada Pública nº 003/2024

Valor: R$ 99.046,50 (Noventa e nove mil quarenta e cinco reais e cinquenta centavos)
Prazo de Vigência: 12 meses

Data de assinatura: 28 de maio de 2024.

Coordenação de Contratos.
Compras e Licitações

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:90AD004B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONTRATO Nº 055/2024

MODALIDADE: REFERENTE A INEXIGIBILIDADE Nº 059/2024
VINCULADO AO CHAMAMENTO PÚBLICO 003/2024
CONTRATADO: GENESIO VINICIUS STIEGLER
CPF: 126.708.349-22
Objeto: Aquisição de gênero alimentício diretamente da agricultura familiar para a alimentação escolar a ser fornecida nas creches e escolas municipais, conforme proposta apresentada na Chamada Pública nº 003/2024.

Valor: R$ 14.489,61 (Quatorze mil quatrocentos e oitenta e nove reais e sessenta e um centavos)
Prazo de Vigência: 12 meses

Data de assinatura: 28 de maio de 2024.

Coordenação de Contratos.
Compras e Licitações

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:7DB497C1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONTRATO Nº 056/2024

MODALIDADE: REFERENTE A INEXIGIBILIDADE Nº 060/2024
VINCULADO AO CHAMAMENTO PÚBLICO 003/2024
CONTRATADO: CLEVERSON KNOPCKE
CPF: 043.409.249-54
Objeto: Aquisição de gênero alimentício diretamente da agricultura familiar para a alimentação escolar a ser fornecida nas creches e escolas municipais, conforme proposta apresentada na Chamada Pública nº 003/2024.

Valor: R$ 13.996,50 (Treze mil novecentos e noventa e seis reais e cinquenta centavos)
Prazo de Vigência: 12 meses

Data de assinatura: 28 de maio de 2024.

COORDENAÇÃO DE CONTRATOS.

COMPRAS E LICITAÇÕES

59

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:48CD1A20

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONTRATO Nº 057/2024

MODALIDADE: REFERENTE A INEXIGIBILIDADE Nº 061/2024
VINCULADO AO CHAMAMENTO PÚBLICO 003/2024

CONTRATADO: RUY ALBERTO DE FREITAS FRAMKENBERGER
CPF: 092.761.459-66
Objeto: Aquisição de gênero alimentício diretamente da agricultura familiar para a alimentação escolar a ser fornecida nas creches e escolas municipais, conforme proposta apresentada na Chamada Pública nº 003/2024.

Valor: R$ 14.427,00 (Quatorze mil, quatrocentos e vinte e sete reais)
Prazo de Vigência: 12 meses

Data de assinatura: 28 de maio de 2024.

COORDENAÇÃO DE CONTRATOS.
Compras e Licitações

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:1966DAEA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONTRATO Nº 058/2024

MODALIDADE: REFERENTE A DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 034/2024

CONTRATADO: 51.868.033 BARBARA DE PAULA MIRANDA
CNPJ: 51.868.033/0001-99
OBJETO: Contratação de empresa de Zeladoria, destinado a atender a demanda do Município nos Ginásio de Esportes "Ginásio de Esporte Antônio Batista Sobrinho – Trigolândia e Ginásio de Esportes Vitória Santina Greipel – Ponte Alta.
VALOR: R$ 12.300,00 (doze mil e trezentos reais)

Prazo de Vigência: 6 (seis) meses a contar da sua publicação.

Data de assinatura: 29 de maio de 2024.

COORDENAÇÃO DE CONTRATOS.

COMPRAS E LICITAÇÕES

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:9C26C420

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONTRATO Nº 059/2024

MODALIDADE: REFERENTE A DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 034/2024

CONTRATADO: 54.966.816 ZOILITA DE FATIMA DE JESUS
CNPJ: 54.966.816/0001-01

MUNICIPIO DE PIEN - PR

CNPJ: 76002666000140 IE: ISENTO
Endereço: RUA AMAZONAS, 373 - PREDIO PREFEITURA CEP: 83860000 Cidade: Piên
Fone: 41 36321136 Fax: (41)3632-1148

60

NOTA DE EMPENHO

Número	Tipo	Emitido em	Requisição Nº	Req. Compra Nº
4756/2024	Global	03/06/2024	3033	72111

Licitação

Tipo	Número
Processo dispensa	34/2024 de 27/05/2024

Contrato/Aditivo

Sequência	Contrato	Aditivo	Início da vigência	Fim da vigência	Fim da vig. atualizada	Início da execução	Fim da execução	Fim da exe. atualizada
4259	58/2024 - SIM-AM: 582024		01/06/2024	30/11/2024		01/06/2024	30/11/2024	

Credor

Fornecedor	Matrícula	CPF/CNPJ
51.868.033 BARBARA DE PAULA MIRANDA	35343-4	51.868.033/0001-99

Endereço	Bairro
ESTRADA ESTRADA PRINCIPAL, S/N	PONTE ALTA

Cidade/UF	CEP	Fone	Tipo de conta bancária	Banco	Agência	Conta
Piên/PR	83860-000	4796063213				

Classificação da despesa

09 SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER
09.002 ÁREA DE ESPORTE/ÁREA DE LAZER
27.812.0011.2025 MANUTENÇÃO DO ESPORTE E LAZER
3.3.90.39.16.00 MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS
2880 00000 Recursos Ordinários (Livres)
Do Exercício

Saldo anterior
R$ 162.650,17

Valor empenhado
R$ 12.300,00

Saldo atual
R$ 150.350,17

Outras informações

Histórico

Código	Nome	Marca	UM	Quantidade	Valor	Valor total
27351	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ZELADORIA E ADMINISTRAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO. LOCAL: GINÁSIO DE ESPORTES VITÓRIA SANTINA GREIPEL, SITUADO NO BAIRRO DE PONTE ALTA EM PIÊN/PR.		MES	6,0000	2.050,0000	12.300,00

Certidão	Número	Validade
CERTIDÃO DÉBITOS TRABALHISTAS	37522450/2024	25/11/2024
CERTIDÃO FGTS	2024052411546260432709	23/06/2024
CERTIDÃO UNIFICADA - RFB/PGFN	51B8.1C80.001E.4430	19/11/2024

EMPENHO REFERENTE AOS MESES DE JUNHO/ JULHO/ AGOSTO/SETEMBRO/OUTUBRO/ NOVEMBRO/2024.
VALOR MENSAL DE R$ 2.050,00
FISCAL: ALEXANDRA LAURINDO

Forma de pagamento: EM ATE 30 DIAS
Local de entrega: GINASIO DE ESPORTES VITORIA SANTINA GREIPEL - BAIRRO PONTE ALTA EM PIÊN/PR

Adriana de Fátima Franco

ADRIANA DE FATIMA FRAGOSO BUENO FRANCO

61

CONTRATO Nº 059/2024
REFERENTE A DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 034/2024

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE QUE ENTRE SI FIRMAM O MUNICÍPIO DE PIÊN E A EMPRESA 54.966.816 ZOILITA DE FATIMA DE JESUS.

Pelo presente instrumento particular de prestação de serviços que entre si celebram, de um lado o **MUNICÍPIO DE PIÊN**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.002.666/0001-40, com sede à Rua Amazonas, 373, Centro, Piên/PR, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. **MAICON GROSSKOPF**, portador da CI nº 10094176-7, inscrito no CPF/MF sob o nº 080.278.589-17, residente e domiciliado nesta cidade, assistido pela Procuradora Jurídica Sra. Naiany Caroline de Araujo, OAB/PR nº 111.206/PR em conjunto com a Secretária Municipal de Esporte, Cultura e Lazer Sra. Adriana de Fátima Fragoso Bueno Franco, portadora do CPF nº 014.410.989-17, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro a empresa **54.966.816 ZOILITA DE FATIMA DE JESUS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 54.966.816/0001-01, com endereço na Rua José da Rosa, s/nº, Bairro Trigolândia, em Piên/PR, CEP: 83860-000, fone: (41) 99178-0585, neste ato representada pela Sra. **Zoilita de Fatima de Jesus**, inscrita no CPF sob nº 609.913.809-91, doravante denominado simplesmente **CONTRATADO**, resolvem celebrar o presente contrato, nos termos do artigo 89 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, e suas alterações, resoluções e demais normas vigentes e aplicáveis ao objeto da presente contratação, decorrente da **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 034/2024** devidamente homologada pelo CONTRATANTE mediante as cláusulas expressas a seguir, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades de ambas as partes:

DO OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS (Art. 92, Lei 14.133/2021)

Cláusula primeira: O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa de Zeladoria, destinado a atender a demanda do Município nos Ginásio de Esportes "Ginásio de Esporte Antônio Batista Sobrinho – Trigolândia e Ginásio de Esportes Vitória Santina Greipel – Ponte Alta conforme especificações abaixo:

LOTE	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT.	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
2	Contratação de serviço de zeladoria e administração de espaço público. **LOCAL:** Ginásio de Esportes Antônio Batista Sobrinho, situado no Bairro de Trigolândia em Piên/PR.	Mensal	6	R$ 2.050,00	R$ 12.300,00

Parágrafo Primeiro: Integra e completa o presente Termo Contratual, para melhor caracterização dos serviços e resultados, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas e para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Termo de Referência da **DISPENSA Nº 034/2024** e suas documentações complementares, anexos a este Contrato e devidamente assinado pela parte CONTRATANTE, bem como a proposta do contratado, sendo os mesmos considerados suficientes para, em complemento a este contrato e a assinatura da CONTRATADA, definir sua extensão e, desta forma, reger a execução do objeto contratado, bem como o **CONTRATADO** a assumir todas as exigências presentes nos termos retro mencionados.

Parágrafo Segundo: Ao assinar a presente contratação o **CONTRATADO** atesta conformidade com a cessão de direitos sobre o item objeto desta Inexigibilidade ao **Órgão Contratante**.

DA ENTREGA E RECEBIMENTO (Art. 140, Lei 14.133/2021)

Zoilita

Cláusula Segunda: A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- Início da execução do objeto: Em até 3 dias da assinatura do contrato;
- Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho;
- Execução: Cada ginásio terá um zelador e o mesmo ficará responsável por toda rotina neste local em conformidade aos anseios do Poder Público através das Secretarias de Esporte e de Governo.
- Este servidor ficará a disposição para organizar os horários, coordenar e contribuir com a limpeza, anotar todos os reparos que forem necessários no espaço e acompanhará as equipes que trabalharem no local.
- As chaves ficarão apenas de posse deste responsável, o mesmo abrirá e fechará o espaço, acompanhando todos os eventos, não permitindo esta tarefa para outra pessoa.
- Os banheiros serão limpos diariamente, bem como a cozinha e a quadra toda vez que se fizer necessário. As paredes que estiverem sujas ou pichadas deverão ser limpas para que o local seja mantido em bom estado aparente.
- Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Ginásio de Esportes Antônio Batista Sobrinho, situado no Bairro de Trigolândia.
- Os horários a ser controlado por este servidor deverão ter o maior fluxo durante a noite, para tanto, a limpeza destes espaços deve ser feita ao longo do dia.
- A listagem dos materiais de limpeza e de higiene deve ser feita mensalmente a Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer que ficará a cargo de organizar estes materiais.
- O transporte deste servidor ficará a cargo da empresa contratada.

Uniformes;
- Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seu empregado deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado

Equipamento de proteção individual – EPI oferecidos pela contratada:
- Equipamentos básicos para serviços rotineiros, sendo no mínimo:
a) 01 (um) par de Bota segurança
b) 01 (um) par Luvas apropriada a função
c) 01 (um) Óculos de Proteção
- Informações relevantes para o dimensionamento da proposta
- A demanda do órgão tem como base as seguintes características:
- Especificações técnicas – Serviços Gerais com equipe padrão
- Os serviços que constituem objeto desta licitação deverão ser executados em estrita observância aos planos aprovados pelo Município, atendidas as especificações e demais elementos técnicos constantes deste.

Forma de Prestação dos serviços;
- Os serviços serão executados de acordo com as necessidades e das demandas apontadas pelas Secretarias de Esporte, Cultura e Lazer e da Secretaria de Governo.

Parágrafo Segundo: Será de total responsabilidade da empresa contratada os fornecimentos de todos os materiais necessários para a elaboração e execução do objeto. Todos os produtos/serviços e seus quantitativos deverão obedecer às especificações do termo de referência da **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 034/2024**.

Parágrafo Terceiro: Caberá ao fiscal do contrato manter o contato frequente com a empresa, e atestar o bom funcionamento destes espaços, ouvir os usuários para saber se o local estará atendendo a todos a contento com horários e com todos os itens disponíveis nesta estrutura, oportunizando o acesso de todos.

DA FISCALIZAÇÃO (Art. 140, Lei 14.133/2021)

Cláusula Terceira: Fica designada como fiscal do contrato a servidora ALEXANDRA APARECIDA DA CRUZ

LAURINDO – Assessor de área III - Cultura – Matrícula 4765897. 63

Parágrafo Primeiro: A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 140 da Lei nº 14133/21.

Parágrafo Segundo: O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA E CONDIÇÕES DE PRORROGAÇÃO

Cláusula Quarta: O presente contrato terá vigência de 6 (seis) meses a contar da data de sua publicação, podendo ser prorrogado por igual período.

Parágrafo Primeiro: A CONTRATADA se compromete a fornecer os serviços durante o prazo da vigência do Contrato;

Parágrafo Segundo: A execução do contrato deverá ser iniciada mediante ordem de fornecimento emitida pelo fiscal do contrato designado pela Secretaria solicitante;

Parágrafo Terceiro: A execução do contrato antes de emitida a ordem de fornecimento, nos termos do parágrafo anterior, é de responsabilidade única e exclusiva do CONTRATADO, não obrigando a CONTRATADA a adiantar os pagamentos.

Parágrafo Quarto: No caso de execução antecipada, antes da ordem de fornecimento ser emitida, nos moldes do parágrafo sexto, quando houver a existência de recursos vinculados, a CONTRATADA, desde logo, fica ciente de que o pagamento dos valores atrelados a receitas vinculadas somente será efetuado quando o recurso financeiro estiver disponibilizado em caixa da prefeitura, correndo por sua conta e risco a execução antecipada do contrato.

DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES PAGAMENTO (Art. 141, Lei 14.133/2021).

Cláusula Quinta: O valor total do contrato é de R$ 12.300,00 (doze mil e trezentos reais) no qual se inclui todos os tributos, diretos ou indiretos, sobre a execução do objeto.

Parágrafo Primeiro: O pagamento será efetuado através de depósito bancário, em até 30 (trinta) dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura, conforme disponibilidade financeira na fonte de recursos, no protocolo financeiro da Prefeitura, desde que devidamente atestada pela Secretaria solicitante e anexada às provas de regularidade relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União - DAU, abrangendo inclusive as contribuições sociais – INSS, de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, Tributos Municipais e Tributos Estaduais e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

Parágrafo Segundo: Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

Parágrafo Terceiro: Em caso de irregularidade na execução do objeto e/ou na documentação fiscal. O prazo de pagamento será contado a partir da(s) correspondente(s) regularização(ões). Zoilda

Parágrafo Quarto: Em caso de atraso de pagamento em relação ao prazo estabelecido nesta cláusula, o valor da nota fiscal poderá ser atualizado monetariamente pelo INPC (Índice Nacional de Preço ao Consumidor), entre a data em que deveria ter sido adimplida a obrigação e o efetivo pagamento (Lei Federal 14.333/2021).

Parágrafo Quinto: No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e

comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro, manutenção, instalação, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, inclusive todo o material e equipamento necessário para a execução dos serviços.

Parágrafo Sexto: Nos termos do Decreto Municipal nº 157/2023, a administração contratante procederá a retenção do Imposto de Renda de pessoas jurídicas na fonte tanto para bens quanto prestação de serviços, inclusive obras de construção civil, salvo imunidade, isenção e/ou dispensa prevista em legislação em vigor conforme Instrução Normativa nº 1234, de 2012 da Receita Federal do Brasil.

DO REAJUSTE

Cláusula Sexta: Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data de assinatura do presente termo contratual.

Parágrafo Primeiro: Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Parágrafo Segundo: Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

Parágrafo Terceiro: No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

Parágrafo Quarto: Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

Parágrafo Quinto: Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

Parágrafo Sexto: Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

Parágrafo Sétimo: O reajuste será realizado por apostilamento.

DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS (Art. 141, V, Lei 14.133/2021).

Cláusula Sétima: As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do crédito indicado pelo código: 09.002.27.812.0011.2025-3390390000

DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Cláusula Oitava: Constitui direitos de o MUNICÍPIO receber o objeto deste contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Primeiro – O contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

A CONTRATADA obriga-se a seguir o disposto no Contrato;

a) Efetuar o serviço nas condições, no(s) prazo(s) e no(s) local(is) indicados pela Secretaria/Órgão solicitante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da
b) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto do presente Termo de Referência;
c) Comunicar à Administração, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

d) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
e) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência, edital ou na minuta de contrato;
f) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
g) Apresentar todos os documentos necessários durante a execução do contrato mantendo em dia suas obrigações fiscais.
h) No que se refere a prestação de serviços que necessita de funcionários a empresa deverá manter as suas obrigações trabalhistas em dia, apresentando mensalmente a prefeitura municipal.
i) Atender e colocar em prática as recomendações feitas pela CONTRATANTE no que diz respeito a execução do objeto, desde que não contrariem o interesse da Administração;

Parágrafo Segundo – Constitui obrigações da CONTRATANTE:

a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
b) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
c) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
d) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
e) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
f) Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
g) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
h) A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;
i) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, admitida a prorrogação motivada, por igual período;
j) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
k) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (Título IV, Capítulo I, Lei 14.133/2021)

Cláusula Nona: Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
e) não manter a proposta, salvo em decorrencia de fato superveniente devidamente justificado;
f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta;
g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

66

k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Cláusula Décima: Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

Parágrafo Primeiro: **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

Parágrafo Segundo: **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f", e "g" da cláusula nona deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

Parágrafo Terceiro: **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "h", "i", "j", "k" e "l" da cláusula nona deste contrato, bem como nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f", e "g", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Quarto: **Multa**:
I – **Moratória**:
a) Moratória de 3 % (três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor integral do contrato, até o limite de 20 (vinte) dias;
b) Moratória de 5 % (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor integral do contrato, até o limite máximo de 10 (dez) dias, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
c) Moratória de 2 % (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor integral do contrato, até o limite máximo de 30 (trinta) dias, pela inobservância do prazo fixado pelo fiscal do contrato para sanar alguma irregularidade do objeto contratual e/ou apresentação de documentação solicitada.
d) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do artigo 137 da Lei n.º 14.133, de 2021.

II – **Compensatória**:
a) Para a infração descrita na alínea "a" da cláusula nona, a multa compensatória será de 8% (oito por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.
b) Para a infração descrita na alínea "b" da cláusula nona, a multa compensatória será de 15% (quinze por cento) a 30% do valor do contrato.
c) Para a infração descrita na alínea "c" da cláusula nona, a multa compensatória será de 20% (vinte por cento) a 30% do valor do contrato.
d) Para a infração descrita na alínea "d" da cláusula nona, a multa compensatória será de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor do contrato.
e) Para as infrações previstas nas alíneas "e"; "f"; e "g" da cláusula nona, a multa compensatória será de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor do contrato.
f) Para as infrações previstas nas alíneas "h"; "i"; "j"; "k"; e "l" da cláusula nona, a multa compensatória será de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

Parágrafo Quinto: A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao contratante, nos moldes do previsto no artigo 156, parágrafo 9.º da Lei n.º 14.133, de 2021.

Parágrafo Sexto: Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme previsto no artigo 156, parágrafo 7.º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

Parágrafo Sétimo: Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, nos moldes do disposto no artigo 157, da Lei n.º 14.133, de 2021.
Parágrafo Oitavo: Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Parágrafo Nono: Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de *30 (trinta)* dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

Parágrafo Décimo: A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Parágrafo Décimo-Primeiro: Na aplicação das sanções serão considerados:
I – a natureza e a gravidade da infração cometida.
II – as peculiaridades do caso concreto.
III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes.
IV – os danos que dela provierem para o contratante.
V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Parágrafo Décimo-Segundo: Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

Parágrafo Décimo-Terceiro: A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Décimo-Quarto: Qualquer penalidade aplicada deverá ser registrada; tratando-se de penalidade que implique no impedimento de licitar e contratar com o Município, ou de declaração de inidoneidade, será obrigatória a comunicação do ato ao Tribunal de Contas do Estado.

Parágrafo Décimo-Quinto: O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Décimo-Sexto: As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

DOS CASOS DE RESCISÃO E DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO (Arts. 104 e 137, Lei 14.133/2021).

Cláusula Décima-Primeira: O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

Parágrafo Primeiro: O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

Parágrafo Segundo: O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem. Nesta hipótese, a extinção ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

Zailda

Parágrafo Terceiro: Caso a notificação da não-continuidade do contrato, nos termos do parágrafo anterior, ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data de comunicação.

Parágrafo Quarto: O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa, aplicando-se também os artigos 138 e 139 da mesma lei.

Parágrafo Quinto: A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

Parágrafo Sexto: No caso do parágrafo anterior, se a modificação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

Parágrafo Sexto: O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:
I – Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
II – Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
III – Indenizações e multas.

Parágrafo Sétimo: A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (artigo 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

Parágrafo Oitavo: O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL (Art. 75, Lei 14.133/2021).

Cláusula Décima Segunda: O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei 14.133 de 01/04/2021, suas alterações e, pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos, as disposições de Direito Privado, Código de Defesa do Consumidor, Código Civil a Lei Orgânica e demais normas aplicáveis à espécie do Município de Piên/Pr.

Parágrafo Único: Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de Direitos.

DA OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO (Art. 89, Lei 14.133/2021).

Cláusula Décima Terceira: Fica o CONTRATADO obrigado a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato.

DO FORO (Art. 89 § 1º, Lei 14.133/2021).

Cláusula Décima Quarta Concorda o CONTRATADO quanto ao foro privilegiado atribuído ao CONTRATANTE, qual seja o Foro de Rio Negro, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba/PR, para dirimir eventuais questões oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

DO FORO (Art. 89 § 1º, Lei 14.133/2021).

Cláusula Décima Quinta: Concorda o CONTRATADO quanto ao foro privilegiado atribuído ao CONTRATANTE, qual seja o Foro de Rio Negro, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba/PR, para dirimir eventuais questões oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Piên/PR, 29 de maio de 2024

MAICON GROSSKOPF
Prefeito
CONTRATANTE

54.966.816 ZOILITA DE FATIMA DE JESUS
CONTRATADO

NAIANY CAROLINE DE ARAUJO
Procuradoria Jurídica
OAB/PR 111206

ADRIANA DE FÁTIMA FRAGOSO BUENO FRANCO
Secretária de Esporte, Cultura e Lazer
Decreto nº 064/2021

TESTEMUNHAS:

Nome: Alexandra Aparecida da Cruz Laurindo

Assinatura:

Nome: Josnei Grosskopf

Assinatura:

Data de assinatura: 28 de maio de 2024.

Coordenação de Contratos.
Compras e Licitações

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:3FA392D6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONTRATO Nº 054/2024

MODALIDADE: REFERENTE A INEXIGIBILIDADE Nº 058/2024
VINCULADO AO CHAMAMENTO PÚBLICO 003/2024
CONTRATADO: COOPERATIVA DE AGRICULTORES DE FRUTAS E VERDURAS DE CAMPO ALEGRE - COOPERVITA
CNPJ: 20.139.855/0001-05
Objeto: Aquisição de gênero alimentício diretamente da agricultura familiar para a alimentação escolar a ser fornecida nas creches e escolas municipais, conforme proposta apresentada na Chamada Pública nº 003/2024

Valor: R$ 99.046,50 (Noventa e nove mil quarenta e cinco reais e cinquenta centavos)
Prazo de Vigência: 12 meses

Data de assinatura: 28 de maio de 2024.

Coordenação de Contratos.
Compras e Licitações

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:90AD004B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONTRATO Nº 055/2024

MODALIDADE: REFERENTE A INEXIGIBILIDADE Nº 059/2024
VINCULADO AO CHAMAMENTO PÚBLICO 003/2024
CONTRATADO: GENESIO VINICIUS STIEGLER
CPF: 126.708.349-22
Objeto: Aquisição de gênero alimentício diretamente da agricultura familiar para a alimentação escolar a ser fornecida nas creches e escolas municipais, conforme proposta apresentada na Chamada Pública nº 003/2024.

Valor: R$ 14.489,61 (Quatorze mil quatrocentos e oitenta e nove reais e sessenta e um centavos)
Prazo de Vigência: 12 meses

Data de assinatura: 28 de maio de 2024.

Coordenação de Contratos.
Compras e Licitações

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:7DB497C1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONTRATO Nº 056/2024

MODALIDADE: REFERENTE A INEXIGIBILIDADE Nº 060/2024
VINCULADO AO CHAMAMENTO PÚBLICO 003/2024
CONTRATADO: CLEVERSON KNOPCKE
CPF: 043.409.249-54
Objeto: Aquisição de gênero alimentício diretamente da agricultura familiar para a alimentação escolar a ser fornecida nas creches e escolas municipais, conforme proposta apresentada na Chamada Pública nº 003/2024.

Valor: R$ 13.996,50 (Treze mil novecentos e noventa e seis reais e cinquenta centavos)
Prazo de Vigência: 12 meses

Data de assinatura: 28 de maio de 2024.

70

COORDENAÇÃO DE CONTRATOS.

COMPRAS E LICITAÇÕES

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:48CD1A20

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONTRATO Nº 057/2024

MODALIDADE: REFERENTE A INEXIGIBILIDADE Nº 061/2024
VINCULADO AO CHAMAMENTO PÚBLICO 003/2024

CONTRATADO: RUY ALBERTO DE FREITAS FRAMKENBERGER
CPF: 092.761.459-66
Objeto: Aquisição de gênero alimentício diretamente da agricultura familiar para a alimentação escolar a ser fornecida nas creches e escolas municipais, conforme proposta apresentada na Chamada Pública nº 003/2024.

Valor: R$ 14.427,00 (Quatorze mil, quatrocentos e vinte e sete reais)
Prazo de Vigência: 12 meses

Data de assinatura: 28 de maio de 2024.

COORDENAÇÃO DE CONTRATOS.
Compras e Licitações

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:1966DAEA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONTRATO Nº 058/2024

MODALIDADE: REFERENTE A DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 034/2024

CONTRATADO: 51.868.033 BARBARA DE PAULA MIRANDA
CNPJ: 51.868.033/0001-99
OBJETO: Contratação de empresa de Zeladoria, destinado a atender a demanda do Município nos Ginásio de Esportes "Ginásio de Esporte Antônio Batista Sobrinho – Trigolândia e Ginásio de Esportes Vitória Santina Greipel – Ponte Alta.
VALOR: R$ 12.300,00 (doze mil e trezentos reais)

Prazo de Vigência: 6 (seis) meses a contar da sua publicação.

Data de assinatura: 29 de maio de 2024.

COORDENAÇÃO DE CONTRATOS.

COMPRAS E LICITAÇÕES

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:9C26C420

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONTRATO Nº 059/2024

MODALIDADE: REFERENTE A DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 034/2024

CONTRATADO: 54.966.816 ZOILITA DE FATIMA DE JESUS
CNPJ: 54.966.816/0001-01

OBJETO: Contratação de empresa de Zeladoria, destinado a atender a demanda do Município nos Ginásio de Esportes "Ginásio de Esporte Antônio Batista Sobrinho – Trigolândia e Ginásio de Esportes Vitória Santina Greipel – Ponte Alta.
VALOR: R$ 12.300,00 (doze mil e trezentos reais)

Prazo de Vigência: 6 (seis) meses a contar da sua publicação.

Data de assinatura: 29 de maio de 2024.

Coordenação de Contratos.
Compras e Licitações

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:9262D419

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2024

POR ITEM

OBJETO: Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte de passageiros em ônibus, micro-ônibus ou vans, em viagens esporádicas, em atendimento as Secretarias Municipais. **Entrega das propostas**: a partir 03/06/2024 no site Bolsa Brasil de Licitações - BLL. **Abertura das Propostas**: 13/06/2024 às 09h30 (horário de Brasília) no site já citado.

Piên/PR, 29 de maio de 2024.

EDUARDO DUARTE SCHEIVARASKI
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:23224A77

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PROCESSO ADMINISTRATIVO APURATÓRIO Nº 03/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO APURATÓRIO Nº 003/2024.
Fornecedor: CONSTRUTORA JR RAMOS LTDA
DECISÃO: Adotar as razões constantes do parecer jurídico e **DECIDO** pela **IMPROCEDÊNCIA** do recurso interposto pela empresa **CONSTRUTORA JR RAMOS LTDA**, e pela manutenção do julgamento proferido em 07 de maio de 2024.

Piên/PR, 27 de maio de 2024.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Rejane Neneve
Código Identificador:77E4B6A2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO Nº 18/2024, NA FORMA ELETRÔNICA

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE SEDIADAS NO ÂMBITO REGIONAL

RECURSOS: Próprios e/ou oriundos de convênios.

O **MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO**, Estado do Paraná, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 95.590.832/0001-11, torna público que realizará no dia **20/06/2024, às 09:00 horas**, na plataforma COMPRASNET, constante na página eletrônica www.compras.gov.br, abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 1.107/2023, e suas alterações, para:

OBJETO: "***Aquisição de óleos lubrificantes, graxas e aditivos para manutenção dos veículos que pertencem a frota municipal de Pinhal de São Bento***", mediante licitação.

PROTOCOLO: até 20/06/2024, às 09:00 horas. 71
DATA DA ABERTURA: 20/06/2024, às 09:00 horas.

LOCAL DA ABERTURA: Plataforma COMPRAS.GOV.BR, constante na página eletrônica www.compras.gov.br.

EDITAL disponível no site www.pinhaldesaobento.pr.gov.br e outras informações complementares poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Pinhal de São Bento, de 2ª a 6ª feira, no horário normal de expediente ou pelo telefone: **(46) 3560-1122** e também por meio do e-mail: **licitacaoecompras@pinhaldesaobento.pr.gov.br.**

Pinhal de São Bento/PR, em 29/05/2024.

EVA LUZIA BARCKI MAZUCO
Pregoeiro(a)

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Irio Fernandes
Código Identificador:E1B41FE8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO ADITIVO DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DE BENS PÚBLICOS LINHA CABECEIRA DO PINHAL

TERMO ADITIVO DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DE BENS PÚBLICOS

O MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 95.590.832/0001-11 com sede na Av. São Roque, nº 178, na cidade de Pinhal de São Bento, neste ato representada pelo **Sr. PAULO FALCADE DE OLIVEIRA**, Prefeito Municipal, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Vila Sede União, SN, portador do RG nº 5.623.018-1 SSP/PR, CPF nº 832.042.379-15, abaixo assinado, e de outro lado a **Associação de Produtores Rurais da Linha Cabeceira do Pinhal,** entidade dotada de personalidade jurídica, situada na Linha Cabeceira do Pinhal, interior do Município de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, entidade civil e sem fins lucrativos, Registrada no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ sob nº 27.912.899/0001-75, os seguintes equipamentos agrícolas, neste ato representada por seu presidente SADINEI FELIPE WAUCZINSKI, brasileiro, agricultor, portador do CPF nº 031.750.049-03, estabelecem o presente **TERMO ADITIVO DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DE BENS PÚBLICOS,** conforme o disposto na Lei Municipal nº 881/2022 de 31 de Maio de 2022, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: Constitui objeto deste **TERMO** os bens móveis, pertencente ao Patrimônio Público Municipal, com as seguintes especificações:

I - 01 (UM) DISTRIBUIDOR DE ADUBOS E CALCÁRIOS 7.500KG COM PNEUS MARCA IAC MODELO ANO 2022 COR AZUL 50200014, BEM 12/2022, PLAQUETA PATRIMONIAL 4444, AQUISIÇÃO NF 1924 SÉRIE 55.

CLAUSULA SEGUNDA: Os bens móveis especificado na Cláusula 1ª, o qual será destinado no incentivo à agricultura oportunizando novas tecnologias ao produtor;
CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE PRORROGAÇÃO: O prazo de prorrogação é de **02 (dois) anos**, contados a partir da data desse termo de com cessão devidamente publicado, **vencimento em 31/05/2026.**

MUNICIPIO DE PIEN - PR

CNPJ: 76002666000140 IE: ISENTO
Endereço: RUA AMAZONAS, 373 - PREDIO PREFEITURA CEP: 83860000 Cidade: Piên
Fone: 41 36321136 Fax: (41)3632-1148

NOTA DE EMPENHO

72

Número	Tipo	Emitido em	Requisição Nº	Req. Compra Nº
4758/2024	Global	03/06/2024	3035	72113

Licitação

Tipo	Número
Processo dispensa	34/2024 de 27/05/2024

Contrato/Aditivo

Sequência	Contrato	Aditivo	Início da vigência	Fim da vigência	Fim da vig. atualizada	Início da execução	Fim da execução	Fim da exe. atualizada
4260	59/2024 - SIM-AM: 592024		01/06/2024	30/11/2024		01/06/2024	30/11/2024	

Credor

Fornecedor	Matrícula	CPF/CNPJ
54.966.816 ZOILITA DE FATIMA DE JESUS	37556-0	54.966.816/0001-01

Endereço	Bairro
RUA JOSE DA ROSA, S/N	TRIGOLANDIA

Cidade/UF	CEP	Fone	Tipo de conta bancária	Banco	Agência	Conta
Piên/PR	83860-000	4136321359				

Classificação da despesa

09 SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER
09.002 ÁREA DE ESPORTE/ÁREA DE LAZER
27.812.0011.2025 MANUTENÇÃO DO ESPORTE E LAZER
3.3.90.39.16.00 MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS
2880 00000 Recursos Ordinários (Livres)
Do Exercício

Saldo anterior	Valor empenhado	Saldo atual
R$ 150.350,17	**R$ 12.300,00**	R$ 138.050,17

Outras informações

Histórico

Código	Nome	Marca	UM	Quantidade	Valor	Valor total
27352	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ZELADORIA E ADMINISTRAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO LOCAL: GINÁSIO DE ESPORTES ANTÔNIO BATISTA SOBRINHO, SITUADO NO BAIRRO DE TRIGOLÂNDIA EM PIÊN/PR.		MES	6,0000	2.050,0000	12.300,00

Certidão	Número	Validade
CERTIDÃO DÉBITOS TRABALHISTAS	37394281/2024	24/11/2024
CERTIDÃO FGTS	2024052411036260422607	23/06/2024
CERTIDÃO UNIFICADA - RFB/PGFN	3419.2309.8178.2EC0	19/11/2024

EMPENHO REFERENTE AOS MESES DE JUNHO/ JULHO/ AGOSTO/SETEMBRO/OUTUBRO/ NOVEMBRO/2024.
VALOR MENSAL DE R$ 2.050,00
FISCAL: ALEXANDRA LAURINDO

. orma de pagamento: EM ATE 30 DIAS
Local de entrega: GINÁSIO DE ESPORTES ANTONIO BATISTA SOBRINHO - BAIRRO TRIGOLÂNDIA - PIEN/PR

Adriana de Fátima Franco

ADRIANA DE FATIMA FRAGOSO BUENO FRANCO